INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA E OUTRAS AVENÇAS

*Entre*

**JANAÚBA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**

*como Cedente*

**SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

*como Agente Fiduciário*

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Datado de**

[•] de [•] de 2020

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA E OUTRAS AVENÇAS

Por este “*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária e Outras Avenças*” (“**Contrato**”), de um lado:

1. **JANAÚBA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**,sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), com sede na Praça XV de Novembro, 20, sala 602, CEP 20010-010, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“**CNPJ/ME**”) sob o nº 26.617.923/0001-80, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“**JUCERJA**”) sob o NIRE 33.3.0032193-4, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“**Janaúba**”, “**Emissora**” ou “**Cedente**”);

e, de outro lado:

1. **Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**,instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0001-50, representando a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures da 1ª Emissão e das Debêntures da 2ª Emissão em conjunto (“**Debenturistas**”), neste ato representada na forma do seu contrato social (“**Agente Fiduciário**” e, quando referido em conjunto com a Cedente, “**Partes**” e, individualmente e indistintamente, “**Parte**”).

**CONSIDERANDO** **QUE**:

* 1. em Assembleia Geral Extraordinária da Janaúba, realizada em 08 de janeiro de 2019, cuja ata foi arquivada na JUCERJA, em 14 de janeiro de 2019, sob o nº 00003481351, e foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (“**DOERJ**”) e no jornal “Monitor Mercantil”, em 16 de janeiro de 2019 (“**AGE 1ª Emissão**”), foram deliberados e aprovados os termos e condições da 1ª (primeira) emissão (“**1ª** **Emissão**”) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, em série única da Emissora (“**Debêntures da 1ª Emissão**”), nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada (“**Lei n° 12.431/11**”) e em conformidade com o disposto no artigo 10 do estatuto social da Emissora, as quais foram objeto de distribuição pública, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei do Mercado de Valores Mobiliários**”), da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme em vigor (“**Instrução CVM 476**”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“**Oferta da 1ª Emissão**”);
	2. em Assembleia Geral Extraordinária da Janaúba, realizada em 04 de dezembro de 2019, cuja ata foi arquivada na JUCERJA em 11 de dezembro de 2019, sob o nº 00003821594 e publicada no DOERJ e no jornal “Monitor Mercantil” em 13 de dezembro de 2019 (“**AGE 2ª Emissão**”), foram deliberados e aprovados os termos e condições da 2ª (segunda) emissão (“**2ª Emissão**”) de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real da Janaúba (“**Debêntures da 2ª Emissão**”), nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações e da Lei nº 12.431, as quais foram objeto de distribuição pública, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários e da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“**Oferta da 2ª Emissão**” e em conjunto com a Oferta da 1ª Emissão, “**Debêntures**” ou “**Emissões**”);
	3. em Assembleia Geral de debenturistas, realizada em [•] de [•] de 2020, no âmbito da 1ª Emissão, cuja ata foi arquivada na JUCERJA, em [•] de [•] de 2020, sob o nº [•], e foi publicada no DOERJ e no jornal “Valor Econômico”, em [•] de [•] de 2020, (“**[•]**”), dentre outras matérias, deliberou e aprovou a **(a)** constituição, em favor dos debenturistas representados pelo Agente Fiduciário, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido), passando as Debêntures a serem da espécie com garantia real; e o **(b)** compartilhamento da garantia descrita no item acima com os debenturistas da 2ª Emissão;
	4. em Assembleia Geral de debenturistas realizada em [•] de [•] de 2020, no âmbito da 2ª Emissão, cuja ata foi arquivada na JUCERJA, em [•] de [•] de 2020, sob o nº [•], e foi publicada no DOERJ e no jornal “Monitor Mercantil”, em [•] de [•] de 2020, (“**[•]**”), dentre outras matérias, deliberou e aprovou o compartilhamento das garantias a serem constituídas no âmbito da 2ª Emissão, dentre elas, da Cessão Fiduciária , com os debenturistas da 1ª Emissão;
	5. em Assembleia Geral Extraordinária da Janaúba, realizada em realizada em [•] de [•] de 2020 cuja ata foi arquivada na JUCERJA, em [•] de [•] de 2020, sob o nº [•], e foi publicado no DOERJ e no jornal “Valor Econômico”, em [•] de [•] de 2020, deliberou e aprovou, dentre outras matérias, a outorga da Cessão Fiduciária aos debenturistas da 1ª Emissão;
	6. os termos e condições das Emissões de Debêntures encontram-se descritos no: (i) *“Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografárias, com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.”,* celebrado em 11 de janeiro de 2019, entre a Janaúba, a Transmissora Aliança de Energia S.A. (“TAESA”) e o Agente Fiduciário, o qual foi arquivado na JUCERJA em 16 de janeiro de 2019, sob o nº ED333004696000, e em seus respectivos aditamentos (“**Escritura da 1ª Emissão**”); e no (ii) “*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Janaúba Transmissora Elétrica S.A..*”, celebrado em 16 de dezembro de 2019, entre a Janaúba, a TAESA e o Agente Fiduciário, o qual foi inscrito na JUCERJA, em 18 de dezembro de 2019, sob o nº ED333005658000, e em seus respectivos aditamentos (“**Escritura da 2ª Emissão**”) (“**Escrituras de Emissão**”);
	7. em 10 de fevereiro de 2017, foi celebrado entre a União, na qualidade de poder concedente, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“**Poder Concedente**”), a Janaúba, na qualidade de concessionária, e a TAESA, na qualidade de interveniente anuente, o “*Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão Nº 15/2017– ANEEL*”, celebrado entre o Poder Concedente e a Janaúba, juntamente com quaisquer aditivos, instrumentos e/ou atos normativos que venham a complementá-lo ou substituí-lo, “**Contrato de Concessão**”), o qual regula, dentre outros, a delegação pelo Poder Concedente à Janaúba, em regime de concessão, da prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de determinadas instalações de transmissão, conforme detalhadas no Contrato de Concessão Janaúba (“**Concessão Janaúba**” ou “**Concessão**”);
	8. em 07 de abril de 2017, foi celebrado entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS (“**ONS**”) e a Janaúba “*Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº* 020/2017”, conforme aditado, o qual regula, dentre outros, os termos e condições de administração e coordenação por parte do ONS, da prestação de serviços de transmissão pela Janaúba aos usuários (“**CPST**”);
	9. serão celebrados entre o ONS, a Emissora (representada pelo ONS, conforme autorização constante do CPST) e as usuárias do sistema de transmissão, o “*Contrato de Uso do Sistema de Transmissão*”, os quais regularão, dentre outros, o uso de linhas de transmissão da Emissora (conforme aditados de tempos em tempos, “**CUST**”);
	10. a Janaúba é a única e legítima titular da totalidade dos direitos creditórios **(1)** emergentes do Contrato de Concessão; **(2)** provenientes do CPST; **(3)** provenientes dos CUSTs;e **(4)** todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da Janaúba que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão, do CPST, dos CUSTs ou decorrentes, a qualquer título, da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Janaúba, compreendendo, mas não se limitando: **(a)** o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Janaúba, incluído o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão; e **(b)** os direitos creditórios provenientes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, previstos no Contrato de Concessão, no CPST e nos CUSTs, inclusive a totalidade da receita proveniente de prestação dos serviços de transmissão; cujos respectivos recursos oriundos de tais direitos creditórios deverão ser transferidos para a conta corrente vinculada nº [●], agência [●], de titularidade da Janaúba, mantida junto ao [●] (“**Conta Vinculada Janaúba**” e em conjunto com a Conta Vinculada TAESA, “**Contas Vinculadas**”);
	11. nos termos da Escrituras de Emissão, em garantia do integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, a Janaúba obrigou-se a constituir a Cessão Fiduciária sobre os Direitos Creditórios (conforme abaixo definidos), em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, nos termos previstos no presente Contrato; e
	12. a Cedente, o Agente Fiduciário e o Banco Administrador celebrarão o “*Contrato de Depósito*”, que regula os termos e condições da contratação, pela Cedente, do Banco Administrador como banco depositário dos respectivos Direitos Creditórios, conforme depositados nas Contas Vinculadas, para promover a gestão e custódia dos Direitos Creditórios, observado o disposto no presente Contrato.

**RESOLVEM** as Partes celebrar o presente Contrato, que se regerá pela Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme em vigor (“**Lei 4.728**”), pelo Decreto Lei n.º 911, de 01 de outubro de 1969, conforme em vigor (“**Decreto Lei 911**”), pela Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme em vigor (“**Lei 8.987**”), e pela Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme em vigor (“**Código Civil**”), e pelas cláusulas e condições a seguir.

1. DEFINIÇÕES
	1. As expressões em letras maiúsculas aqui utilizadas e não expressamente definidas no presente Contrato terão o mesmo significado a elas atribuído nas Escrituras de Emissão.
	2. Todos os termos no singular definidos neste Contrato deverão ter os mesmos significados quando empregados no plural e vice-versa.
	3. As expressões “deste Contrato”, “neste Contrato”, “conforme previsto neste Contrato” e palavras de significado semelhante quando empregadas neste Contrato, a não ser que de outra forma depreendido pelo contexto, referem-se a este Contrato como um todo e não a uma disposição específica deste Contrato, e referências a cláusula, subcláusula, adendo e anexo estão relacionadas a este Contrato, a não ser que de outra forma especificado.
2. CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS EM GARANTIA
	1. Pelo presente Contrato, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações principais e acessórias, presentes e futuras, relativas às Debêntures assumidas pela Janaúba nas Emissões, incluindo, mas sem limitação, **(a)** as obrigações relativas ao integral e pontual pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, da Remuneração, dos Encargos Moratórios e Multa (conforme definida no **Anexo II** ao presente Contrato), dos demais encargos relativos às Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas e dos demais encargos relativos às Escrituras de Emissão e aos Contratos de Garantia (conforme definido no **Anexo II** ao presente Contrato), conforme aplicável, quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento, na Data de Vencimento (conforme definida no **Anexo II** ao presente Contrato), ou em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos das Escrituras de Emissão, conforme aplicável; **(b)** as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Janaúba, nas Escrituras de Emissão e nos Contratos de Garantia, relativos às Debêntures, conforme aplicável, incluindo, mas não se limitando, obrigações de pagar despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao banco liquidante da Emissão, ao escriturador, à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento Cetip UTVM (“**B3**”), ao Banco Administrador ao Agente Fiduciário; e (c) as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas venham a desembolsar no âmbito da Emissão e/ou em virtude da constituição, manutenção e/ou realização das Garantias Reais (conforme definida no **Anexo II** ao presente Contrato), bem como todos e quaisquer tributos e despesas judiciais e/ou extrajudiciais (inclusive honorários advocatícios) sobre a excussão de tais Garantias Reais, nos termos dos respectivos contratos, conforme aplicável (“**Obrigações Garantidas**”, conforme principais características descritas no **Anexo II** ao presente Contrato), a Cedente, nos termos do artigo 66-B da Lei 4.728, das disposições contidas nos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, do artigo 18 da Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme em vigor (“**Lei 9.514**”), dos artigos 28 e 28-A da Lei 8.987, do Contrato de Concessão, dos CPST, dos CUSTs, e das Escrituras de Emissão, cede fiduciariamente e transfere aos Debenturistas , neste ato representados pelo Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos seguintes direitos:
		1. a totalidade dos direitos creditórios da Janaúba emergentes da Concessão, incluindo, sem limitação, os direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Janaúba, correspondentes a todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos à Janaúba pelo Poder Concedente, inclusive os relativos a eventuais indenizações em decorrência da intervenção, rescisão, anulação, extinção, caducidade, encampação ou revogação de cada Concessão, depositados, e/ou que venham a ser depositados nas Contas Vinculadas, independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária (“**Direitos Creditórios Emergentes**” e “**Cessão Fiduciária Direitos Creditórios Emergentes**”, respectivamente), os quais serão depositados na Conta Vinculada Janaúba, sendo certo que, nos termos do artigo 28 da Lei 8.987, a Cessão Fiduciária Direitos Creditórios Emergentes está limitada ao montante que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço da Janaúba;
		2. a totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da Janaúba provenientes das receitas oriundas da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, previstos no Contrato de Concessão, no CPST, e todos os demais contratos que venham a originar direitos creditórios no âmbito do Projeto, bem como quaisquer aditivos e/ou instrumentos que venham a complementá-los e/ou substituí-los, correspondentes a todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos à Janaúba (“**Direitos Creditórios CPST**”, “**Direitos Creditórios CUST**”, “**Cessão Fiduciária CPST**” e “**Cessão Fiduciária CUST**”), os quais serão depositados na Conta Vinculada Janaúba;
		3. a totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, bem como todos e quaisquer direitos sobre a Conta Vinculada Janaúba a serem depositados a qualquer tempo e/ou mantidos na Conta Vinculada Janaúba, incluindo recursos eventualmente em trânsito na Conta Vinculada Janaúba, ou em compensação bancária (“**Direitos Creditórios Conta Vinculada Janaúba**”, e, em conjunto com os Direitos Creditórios Conta Vinculada Janaúba, os Direitos Creditórios Emergentes e os Direitos Creditórios CPST, “**Direitos Creditórios**”) (“**Cessão Fiduciária Direitos Creditórios Conta Vinculada Janaúba”**, e, em conjunto com aCessão Fiduciária Direitos Creditórios Conta Vinculada Janaúba, a Cessão Fiduciária Direitos Creditórios Emergentes, com a Cessão Fiduciária CPST e com a Cessão Fiduciária CUST “**Cessão Fiduciária**”).
		4. todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da Janaúba que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão, do CPST Janaúba, ou decorrentes, a qualquer título, da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Janaúba compreendendo, mas não se limitando: **(a)** o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Janaúba , incluído o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão; **(b)** os direitos creditórios da Janaúba, provenientes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, previstos no Contrato de Concessão e no CPST Janaúba, inclusive a totalidade da receita proveniente da prestação dos serviços de transmissão; e **(iv)** os direitos creditórios de conta vinculada na qual serão depositados todos os recursos provenientes dos direitos creditórios cedidos, conforme previstos nos itens (i), (ii) e (iii) acima (“**Conta Vinculada**”) (“**Cessão Fiduciária**” e, em conjunto com a Alienação Fiduciária de Ações, “**Garantias**”). Conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, após a celebração dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão, entre o ONS e as concessionárias de transmissão e as usuárias do sistema de transmissão (“**CUSTs**”), os direitos creditórios e recebíveis decorrentes de tais contratos passarão a integrar a Cessão Fiduciária, sendo certo que nenhuma autorização adicional societária ou dos Debenturistas se fará necessária para tal inclusão
	2. Para fins do disposto no artigo 66-B, da Lei 4.728, as Obrigações Garantidas encontram-se descritas no **Anexo II** ao presente Contrato, o qual as Partes declaram conhecer integralmente.
		1. Caso ocorram alterações nos termos e condições das Obrigações Garantidas, descritas no **Anexo II** ao presente Contrato, deverá ser celebrado aditamento pela Cedente ao presente Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de tais alterações, a fim de refletir os novos termos e condições das Obrigações Garantidas, nos moldes previstos no **Anexo V** abaixo. Tal aditamento deverá ser aperfeiçoado nos termos da Cláusula 4 abaixo.
	3. Em conformidade com o disposto no artigo 1.362, inciso IV, do Código Civil, adicionalmente ao disposto na Cláusula 2.1 acima, os elementos indispensáveis à identificação dos Contratos de Concessão, dos CPST e do CUST estão descritos no **Anexo III** deste Contrato.
	4. Para fins do disposto no presente Contrato, fica certo e acordado que eventual saldo positivo residual das Contas Vinculadas, após a excussão da presente Cessão Fiduciária e liquidação integral das Obrigações Garantidas, será restituído à Cedente, nos termos da Cláusula 11.5 abaixo.
3. TÉRMINO E LIBERAÇÃO
	1. A Cessão Fiduciária objeto deste Contrato permanecerá válida e em pleno vigor até, o que ocorrer primeiro entre os subitens (i) e (ii), a seguir: **(i)** o pleno e integral cumprimento das Obrigações Garantidas; ou **(ii)** que esta seja totalmente excutida e os Debenturistas tenham recebido a totalidade do produto da excussão da garantia de forma definitiva e incontestável, conforme notificado pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 11 abaixo (“**Prazo de Vigência**”).
		1. Verificada a hipótese dos subitens (i) ou (ii) da Cláusula 3.1 acima, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da solicitação pela Cedente ao Agente Fiduciário, enviar à Cedente e ao Banco Liquidante e Escriturador (nos termos do Contrato de Depósito), conforme o caso, termo de quitação e exoneração: **(i)** atestando o término de pleno direito deste Contrato; e **(ii)** autorizando a Cedente a registrar a liberação da Cessão Fiduciária, por meio de averbação nesse sentido nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos a que se refere a Cláusula 4 abaixo (“**Termo de Quitação**”).
	2. [Não haverá liberação parcial da Cessão Fiduciária no caso de pagamento parcial das Obrigações Garantidas.]
4. REGISTRO E FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA
	1. A Cedente deverá (i) protocolar este Contrato, e seus respectivos eventuais aditamentos, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (“**Cartórios de RTD**”), em até 2 (dois) Dias Úteis após sua respectiva celebração; e (ii) enviar 1 (uma) via original deste Contrato, e de seus respectivos eventuais aditamentos, ao Agente Fiduciário, em até 05 (cinco) Dias Úteis após seus respectivos registros nos Cartórios de RTD, nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, e dos artigos 129 e 130 da Lei n.º 6.015 de 31 de dezembro de 1973, conforme em vigor.
	2. Caso a Cedente não realize os registros, protocolos e demais formalidades descritas nesta Cláusula 4, fica desde já o Agente Fiduciário autorizado pela Cedente, nos termos do artigo 684 do Código Civil, a procedê-los ou tomar quaisquer providências que entender necessárias à realização dos registros, protocolos e demais formalidades acima referidas, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, caso em que a Cedente deverá reembolsar prontamente ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas, conforme aplicável, por todas as despesas por este incorridas relacionadas com tais registros, protocolos e demais formalidades, desde que referidas despesas sejam necessárias e devidamente comprovadas, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Contrato e na Escritura de Emissão.O atendimento pelo Agente Fiduciário da obrigação prevista nesta Cláusula, não afasta a configuração de hipótese de inadimplemento de obrigação não pecuniária pela Janaúba, nos termos das Cláusulas 14.7 das Escrituras de Emissão.
5. PROCEDIMENTOS DA CESSÃO FIDUCIÁRIA
	1. Procedimentos da Cessão Fiduciária Direitos Creditórios Conta Vinculada TAESA
		1. Em até 5 (cinco) Dias Úteis da Data de Integralização (conforme definida no **Anexo II** ao presente Contrato), a TAESA deverá depositar o valor correspondente da PMT na Conta Vinculada TAESA, o qual será verificado pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 5.1.3 abaixo, sendo certo que a data em que ocorrer o primeiro depósito será denominada “**Data do Primeiro Depósito**” para fins deste Contrato.
		2. Sem prejuízo da Cláusula 5.1.1 acima, a TAESA deverá manter depositado, pelo prazo de vigência das Debêntures e até a liquidação integral das Obrigações Garantidas, o valor de uma PMT, o qual será verificado pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 5.1.3 abaixo.
		3. A manutenção, pela TAESA, de valores correspondentes da PMT na Conta Vinculada TAESA, nos termos das Cláusulas 5.1.1 e 5.1.2 acima, será verificado da seguinte forma:
			1. em cada Data de Verificação TAESA (conforme abaixo definida), o Agente Fiduciário deverá, mediante o recebimento do Extrato TAESA (conforme abaixo definido):
				1. verificar se os valores depositados e mantidos na Conta Vinculada TAESA no mês imediatamente anterior (“**Mês de Referência**”) são equivalentes, no mínimo, a PMT; e
				2. caso, em qualquer Data de Verificação TAESA, verifique que os valores depositados e mantidos na Conta Vinculada TAESA no Mês de Referência não são equivalentes a, no mínimo, o valor de uma PMT, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, comunicar, por escrito ou por meio eletrônico, a TAESA, para que, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de tal comunicação, recomponha o valor da PMT.
		4. Para os fins deste Contrato, “**Data de Verificação TAESA**” significa o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao Mês de Referência, sendo que a primeira verificação deverá ocorrer somente no 5º (quinto) Dia Útil da Data do Primeiro Depósito. Cada Data de Verificação TAESA sucede a anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento, amortização, resgate antecipado e vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso, nos termos da Escritura de Emissão.
		5. O não atendimento, pela TAESA, da manutenção da PMT em depósito na Conta Vinculada TAESA, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis de que trata a Cláusula 5.1.3(i)(b) acima, configurará uma hipótese de inadimplemento de obrigação não pecuniária pela TAESA, sujeita ao vencimento antecipado das Debêntures , nos termos da Cláusula 6.1.2, inciso (iii), da Escritura de Emissão, observado o prazo de cura ali previsto.
		6. Uma vez atingido o montante correspondente da PMT, dentro do prazo estabelecido na Cláusula 5.1.3(i)(b) acima, a TAESA deverá comunicar imediatamente, por escrito ou por meio eletrônico, ao Agente Fiduciário, para confirmação do atendimento do montante correspondente da PMT, acompanhado do Extrato TAESA. Sendo constatado o atendimento, o Agente Fiduciário deverá comunicar o Banco Administrador (conforme previsto no Contrato de Depósito) para interromper imediatamente o Evento de Retenção, realizado nos termos da Cláusula 5.10 abaixo.
		7. A TAESA obriga-se a, independentemente de notificação, judicial ou extrajudicial, atender e tomar todas as medidas necessárias ao atendimento do montante correspondente a PMT na Conta Vinculada TAESA.
		8. Caso, em cada Data de Verificação do Mês de Referência e desde que a Cedente estejam adimplentes com as suas obrigações no âmbito da Emissão, o valor depositado na Conta Vinculada TAESA seja superior ao valor da PMT, os valores depositados na Conta Vinculada TAESA que excederem o valor da PMT poderão, mediante solicitação do Agente Fiduciário ao Banco Administrador, nos termos do Contrato de Depósito, ser transferidos para a conta corrente nº [•], agência [•], de titularidade da TAESA, mantida junto ao Banco Bradesco S.A. (“**Conta Movimento TAESA**”).
		9. Na hipótese da Cláusula 5.1.8 acima, o Agente Fiduciário somente solicitará ao Banco Administrador a transferência do montante excedente do valor da PMT.
		10. Após a liquidação integral das Obrigações Garantidas e o envio do Termo de Quitação do Agente Fiduciário ao Banco Administrador, nos termos da Cláusula 3.1.1 acima, bem como observados os demais procedimentos previstos na Cláusula Quarta do Contrato de Depósito, os recursos depositados na Conta Vinculada TAESA deverão ser transferidos para a Conta Movimento TAESA.
	2. *Procedimentos da Cessão Fiduciária Direitos Creditórios Emergentes e da Cessão Fiduciária CPST e Cessão Fiduciária do CUST*
		1. Até a integral quitação das Obrigações Garantidas, nos termos do presente Contrato, e a partir desta data, a Janaúba obriga-se a fazer com que transitem na Conta Vinculada Janaúba, a totalidade dos recursos decorrentes do pagamento dos respectivos Direitos Creditórios Emergentes, dos Direitos Creditórios CPST e dos Direitos Creditórios CUST (“**Recursos**”), os quais, desde que esteja adimplente com as suas obrigações no âmbito da Emissão de Emissão, serão transferidos para a conta corrente de livre movimentação nº [•], agência [•], de sua titularidade, mantida junto ao Banco [•] (“**Conta Movimento Janaúba**”), conforme o caso, nos termos previstos na Cláusula 5.6 abaixo, bem como observados os demais procedimentos previstos no Contrato de Depósito.
		2. Nos termos das notificações enviadas pela Janaúba ao Poder Concedente, na qualidade de poder concedente das Concessões, e ao ONS, conforme constante do **Anexo IV** ao presente Contrato, o Poder Concedente e o ONS deverão realizar, ou tomar as medidas para que seja realizado, o pagamento dos Direitos Creditórios Emergentes, dos Direitos Creditórios CPST e dos Direitos Creditórios CUST exclusivamente na Conta Vinculada Janaúba, conforme o caso (“**Notificações**”).
		3. A partir de [•] de [•] de [•] (inclusive) e até [•] de [•] de [•] (exclusive), a Janaúba obriga-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que, anualmente, transitem na Conta Vinculada Janaúba recursos, em valor agregado equivalentes a, no mínimo, R$ [•] ([•]) (“**Montante Mínimo da Cessão Fiduciária Primeiro Período**”) e, a partir de [•] de [•] de [•] (inclusive) até a integral quitação das Obrigações Garantidas, a Janaúba obriga-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que, anualmente, transitem na Conta Vinculada Janaúba recursos, em valor agregado equivalentes a, no mínimo, R$ [•] ([•]) (“**Montante Mínimo da Cessão Fiduciária Segundo Período**”), valores a serem atualizados anualmente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da presente data (“**Montante Mínimo da Cessão Fiduciária**”).
		4. O Montante Mínimo da Cessão Fiduciária será verificado da seguinte forma:
			1. em cada Data de Verificação Montante Mínimo (conforme abaixo definida), o Agente Fiduciário deverá, mediante o recebimento do Extratos Janaúba (conforme abaixo definido):
				1. verificar se o somatório dos valores decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios Emergentes, Direitos Creditórios CPST e Direitos Creditórios CUSTs depositados e transitados na Conta Vinculada Janaúba no período dos últimos 12 (doze) meses (“**Meses de Referência**”) são equivalentes a, no mínimo, o Montante Mínimo da Cessão Fiduciária Primeiro Período ou o Montante Mínimo da Cessão Fiduciária Segundo Período, conforme aplicável; e
				2. caso, em qualquer Data de Verificação Montante Mínimo, verifique que o somatório dos valores decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios Emergentes, Direitos Creditórios CPST e Direitos Creditórios CUSTs depositados e transitados na Conta Vinculada Janaúba nos Meses de Referência não são equivalentes a, no mínimo, o Montante Mínimo da Cessão Fiduciária Primeiro Período ou o Montante Mínimo da Cessão Fiduciária Segundo Período, conforme aplicável, deverá, imediatamente, comunicar, por escrito, a Cedente, para que, no prazo de até 20 (vinte) Dias Úteis contados do recebimento de tal comunicação, a Janaúba constitua novas garantias, aprovadas em sede de Assembleia Geral de Debenturistas, convocada e instalada nos termos da Escritura de Emissão, sendo certo que referida(s) nova(s) garantia(s) será(ão) automaticamente aprovada(s) pelo Agente Fiduciário, exceto se rejeitado por mais de 50% (cinquenta por cento) dos Debenturistas presentes em Assembleia Geral de Debenturistas.
		5. Para os fins deste Contrato, “**Data de Verificação** **Montante Mínimo**” significa o dia [•] de [•] de cada ano, a partir da primeira verificação, a qual deverá ocorrer somente no dia [•] de [•] de [•]. Cada Data de Verificação Montante Mínimo sucede a anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento, amortização, resgate antecipado e vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso, nos termos das Escrituras de Emissão.
		6. A Cedente obriga-se a, independentemente de notificação, judicial ou extrajudicial, do Agente Fiduciário neste sentido, atender e tomar todas as medidas necessárias ao atendimento do Montante Mínimo da Cessão Fiduciária.
	3. A Cedente, em até 20 (vinte) Dias Úteis contados da data de celebração deste Contrato, deverão enviar ao Agente Fiduciário, cópias assinadas das Notificações com o carimbo de protocolo de recebimento pelo Poder Concedente e o ONS.
	4. A Cedente obriga-se a fazer com que os Recursos sejam depositados e transitem na Conta Vinculada Janaúba, conforme o caso, observado que todos os custos e despesas relativos aos procedimentos descritos nesta Cláusula serão arcados única e exclusivamente pela Cedente.
	5. A Cedente fica, ainda, proibida (i) de fornecer quaisquer instruções de pagamento ao Poder Concedente e/ou ao ONS e/ou aos usuários do Projeto diferentes de instruções para pagamento na Conta Vinculada Janaúba, conforme o caso, nos termos deste Contrato e das respectivas Notificações, conforme aplicável; e (ii) de qualquer outra maneira, alterar o direcionamento dos pagamentos dos Direitos Creditórios Emergentes, dos Direitos Creditórios CPST e dos Direitos Creditórios CUST, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas , representados pelo Agente Fiduciário.
	6. Enquanto o Banco Administrador não receber uma Comunicação de Inadimplemento (conforme abaixo definida) do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 5.9 abaixo, informando a ocorrência e a continuidade de um Evento de Retenção, os Recursos depositados na Conta Vinculada Janaúba serão transferidos pelo Banco Administrador nos termos do Contrato de Depósito, sem necessidade de qualquer comunicação prévia do Agente Fiduciário ao Banco Administrador]
	7. Fica, desde já, certo e ajustado que o Banco Administrador realizará qualquer Evento de Retenção até o Dia Útil imediatamente posterior à data de recebimento da Comunicação de Inadimplemento pelo Banco Administrador, nos termos do Contrato de Depósito. Neste caso, na data de recebimento da Comunicação de Inadimplemento, o Banco Administrador fará normalmente a transferência dos Recursos para a Conta de Livre Movimento Janaúba.
	8. As Partes declaram e aceitam que a transferência dos Recursos para a Conta Movimento Janaúba nos termos da Cláusula 5.6, implicará a liberação automática, para todos os fins, de qualquer ônus ou gravame sobre tais valores. Os Recursos transferidos para a Conta Movimento Janaúba serão de livre, exclusiva e irrestrita movimentação e utilização pela Janaúba.
	9. O Banco Administrador, mediante o recebimento de uma comunicação de inadimplemento a ser enviada pelo Agente Fiduciário, com cópia para a Cedente (“**Comunicação de Inadimplemento**”), deverá bloquear as Contas Vinculadas, nos termos do Contrato de Depósito, de modo que a totalidade dos Recursos ali depositados deixe de ser transferida automaticamente para a Cedente nas Contas Movimento, ficando assim indisponível à Cedente, observado que o Banco Administrador deverá manter tal bloqueio até que receba do Agente Fiduciário comunicação formal escrita instruindo-o a liberar o bloqueio ou até que os recursos depositados nas Contas Vinculadas sejam totalmente excutidos, nos termos da Cláusula 11 abaixo, conforme o caso, em consonância com o procedimento previsto no Contrato de Depósito.
	10. O Agente Fiduciário obriga-se a enviar a Comunicação de Inadimplemento, nos termos da Cláusula 5.9 acima, somente na ocorrência dos eventos de retenção extraordinária abaixo listados (sendo cada um, um “**Evento de Retenção**”):
		* + 1. descumprimento, pela Cedente, de qualquer obrigação prevista neste Contrato e/ou na Escritura de Emissão, conforme aplicável, após o término do(s) prazo(s) de cura eventualmente aplicável(is) e sem que tenha sido declarado o vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, nos termos das Escrituras de Emissão, hipótese na qual os recursos mantidos nas Contas Vinculadas permanecerão retidos até que o referido descumprimento seja integralmente sanado;
				2. verificação, pelo Agente Fiduciário, de não atendimento do Montante Mínimo da Cessão Fiduciária, nos termos da Cláusula 5.2.3 acima;
				3. vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, nos termos das Escrituras de Emissão, hipótese em que os recursos bloqueados nas Contas Vinculadas serão utilizados para liquidação integral ou amortização das Obrigações Garantidas, nos termos da Cláusula 11 abaixo, conforme o caso; e
				4. ao final do expediente bancário na Data de Vencimento (conforme definida no **Anexo II** ao presente Contrato), sem que as Obrigações Garantidas tenham sido integralmente quitadas.
6. CONTAS VINCULADAS
	1. Durante a vigência deste Contrato, as Contas Vinculadas serão operadas e movimentadas exclusivamente pelo Banco Administrador, conforme instruções recebidas do Agente Fiduciário, observados os termos e condições do presente Contrato, sendo certo que a Cedente não terá direito de movimentar por qualquer meio os recursos existentes nas respectivas Contas Vinculadas.
	2. A Cedente, neste ato, autoriza o Banco Administrador a disponibilizar, mediante solicitação do Agente Fiduciário, por meio eletrônico, todas as informações referentes às Contas Vinculadas, incluindo consulta a saldo e extratos, renunciando, portanto, ao direito de sigilo bancário em relação a tais informações, de acordo com o artigo 1º, parágrafo 3º, inciso V, da Lei Complementar n.º 105, de 10 de janeiro de 2001.
	3. A Cedente fica ainda proibida, até a liquidação integral das Obrigações Garantidas, de **(i)** movimentar as respectivas Contas Vinculadas isoladamente em qualquer hipótese, não sendo permitido à Cedente a emissão de cheques, a movimentação por meio de cartão de débito ou ordem verbal ou escrita ou qualquer outra movimentação dos recursos depositados nas respectivas Contas Vinculadas; e **(ii)** alterar seu domicílio bancário junto ao Banco Administrador e/ou, de qualquer forma, o direcionamento dos pagamentos dos valores relativos aos Direitos Creditórios Emergentes, aos Direitos Creditórios CPST e aos Direitos Creditórios CUST sem que os Debenturistas , reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas , prévia e expressamente, a autorizem a fazê-lo.
	4. A Cedente será depositária dos recursos recebidos em decorrência do pagamento dos Direitos Creditórios Emergentes, dos Direitos Creditórios CPST e dos Direitos Creditórios CUST, de sua respectiva titularidade que, por qualquer motivo, não seja feito diretamente na respectiva Conta Vinculada, nos termos do artigo 627 e seguintes do Código Civil, devendo transferi-los à Conta Vinculada Janaúba (i) nos termos previstos na Cláusula 5.2.1 acima caso estes tenham sido depositados nas contas lá descritas, ou (ii) em até 2 (dois) Dias Úteis contado da data do recebimento de tais recursos fora da respectiva Conta Vinculada Janaúba, caso estes tenham sido depositados em contas distintas daquelas descritas na Cláusula 5.2.1 acima, sendo que a Cedente não terá direito a qualquer remuneração pelo desempenho do papel de fiel depositária desses recursos.
7. SUBSTITUIÇÃO DE GARANTIA
	1. Em conformidade com o artigo 1.425, incisos I, IV e V, do Código Civil, caso **(i)** os recursos depositados, transitados e/ou mantidos sob depósito nas Contas Vinculadas, nos termos do presente Contrato, venham a ser objeto de penhora, arresto, ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar, ou tornar-se inábil, imprópria ou imprestável ao fim a que se destina (“**Evento de Substituição**”), a Cedente fica obrigada a substituí-la, de modo a recompor integralmente a Cessão Fiduciária , de acordo com os prazos abaixo (“**Substituição de Garantia**”).
		1. No prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da ocorrência de quaisquer dos Eventos de Substituição, a Cedente deverá apresentar a proposta de Substituição de Garantia para aprovação dos Debenturistas, conforme Cláusula 7.2 abaixo, mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas com esta finalidade.
		2. A Cedente obriga-se a informar ao Agente Fiduciário, por meio físico ou eletrônico, sobre a ocorrência de qualquer Evento de Substituição de que tenha conhecimento, em qualquer caso em até, no máximo, 2 (dois) Dias Úteis da data em que tiverem conhecimento do respectivo Evento de Substituição.
	2. A Substituição de Garantia deverá ser previamente aceita pelos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e informado, por meio físico ou eletrônico, o Banco Administrador.
	3. Uma vez que a Substituição de Garantia seja aprovada pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, os documentos relativos à substituição deverão ser assinados no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata esta Cláusula, sendo que os prazos para registros deverão ser aqueles previstos na Cláusula 4.1 acima.
	4. No caso da Substituição de Garantia não ser aceita pelos Debenturistas ou caso não seja realizada nos prazos e forma previstos nas Cláusulas 7.1 e 7.2 acima, será caracterizado um inadimplemento não pecuniário, nos termos da Escritura de Emissão, podendo acarretar em vencimento antecipado das Debêntures. A Substituição de Garantia eventualmente prestada somente será considerada concluída após o cumprimento de todas as formalidades, nos termos da Cláusula 4 deste Contrato, e a realização de todos os atos necessários para a devida constituição e validade, inclusive contra terceiros, da Substituição de Garantia, conforme aplicável.
8. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA CEDENTE
	1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Contrato e nas Escrituras de Emissão e/ou na lei, conforme aplicável, a Cedente obriga-se perante os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a partir da presente data e durante todo o Prazo de Vigência, a cumprir com as obrigações a seguir elencadas:
		* 1. obter, observar os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor, todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Cedente, e necessárias para permitir o cumprimento, pela Cedente, das obrigações previstas neste Contrato, e/ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações, ressalvados os casos em que a Cedente possuam provimento jurisdicional vigente autorizando a sua atuação sem as referidas autorizações, aprovações ou licenças, ou nos casos em que tais autorizações, aprovações ou licenças estejam no processo legal tempestivo de obtenção ou renovação, desde que obedecidos os prazos regulamentares ou legais para tanto;
			2. tratar qualquer sucessor do Agente Fiduciário como se fosse signatário original deste Contrato, garantindo-lhe o pleno e irrestrito exercício de todos os direitos e prerrogativas atribuídos aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário, conforme o caso, nos termos deste Contrato;
			3. tratar qualquer sucessor do Banco Administrador como se fosse signatário original do Contrato de Depósito, garantindo-lhe o pleno e irrestrito exercício de todos os direitos e prerrogativas atribuídos ao Banco Administrador, nos termos deste Contrato;
			4. até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas, manter a Cessão Fiduciária sempre existente, válida, eficaz, exigível, em perfeita ordem e em pleno vigor, nos termos e condições expressamente previstos no presente Contrato;
			5. não alienar, vender, sacar, resgatar, comprometer-se a vender, exceto se tal venda se efetive após o integral cumprimento das Obrigações Garantidas, ceder, transferir, emprestar, locar, conferir ao capital, instituir usufruto ou fideicomisso a terceiros, ou por qualquer outra forma dispor, total ou parcial, direta ou indiretamente, a título gratuito ou oneroso, dos respectivos Direitos Creditórios, de quaisquer direitos a eles inerentes, nem sobre eles constituir qualquer ônus, gravame ou encargo, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas , representados pelo Agente Fiduciário, exceto pela presente Cessão Fiduciária, nos termos deste Contrato;
			6. efetuar a Substituição de Garantia, nos prazos e formas previstos neste Contrato;
			7. defender-se de forma tempestiva e eficaz de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar ou alterar a Cessão Fiduciária, os Direitos Creditórios, este Contrato e/ou o integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, conforme aplicável, bem como informar, imediatamente, ao Agente Fiduciário sobre qualquer ato, ação, procedimento ou processo (judicial, administrativo e/ou arbitral, conforme aplicável) a que se refere este inciso;
			8. ressarcir o Agente Fiduciário e os Debenturistas de todas as despesas razoáveis e usuais que tenham, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos nos termos deste Contrato, inclusive honorários advocatícios, honorários de auditores independentes e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos deste Contrato, devendo ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Cedente. Caso a Cedente não se manifeste no prazo de 2 (dois) Dias Úteis após a solicitação pelo Agente Fiduciário, considerar-se-á aprovada a despesa;
			9. não emitir qualquer voto ou exercer qualquer direito, consentimento, renúncia, liberação, ato ou omissão, aprovação ou ratificação que possa violar ou conflitar com quaisquer dos termos deste Contrato, das Escrituras de Emissão ou qualquer outro documento relacionado às Debêntures e à Cessão Fiduciária, ou que teria o efeito de prejudicar a posição ou os direitos e recursos dos Debenturistas;
			10. cumprir, em todos os aspectos, todas as leis cogentes, ou que quaisquer dos Direitos Creditórios estejam sujeitos;
			11. comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tenha tomado conhecimento, qualquer ato ou fato que deprecie, ameace a segurança, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios ou a validade e eficácia da Cessão Fiduciária prestada neste Contrato;
			12. comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, sobre qualquer descumprimento de natureza pecuniária ou não, de quaisquer Cláusulas, termos ou condições deste Contrato ou de qualquer um dos documentos representativos dos Direitos Creditórios;
			13. prestar e/ou enviar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, por escrito, todas as informações e documentos **(a)** necessários à cobrança dos Direitos Creditórios, na hipótese de sua excussão, nos termos previstos neste Contrato; **(b)** relativos às Contas Vinculadas, ficando autorizado o Banco Administrador, independentemente de anuência ou consulta prévia à Cedente, a prestar ao Agente Fiduciário as informações a que se refere este inciso de que tiver conhecimento;
			14. não alterar ou encerrar as Contas Vinculadas, bem como não permitir que seja alterado qualquer termo ou condição que altere os direitos e as prerrogativas relacionadas às Contas Vinculadas previstos neste Contrato, e não praticar qualquer ato, ou abster-se de praticar qualquer ato, que afete o cumprimento, pela Cedente das suas obrigações, ou o exercício, pelo Agente Fiduciário, dos direitos dos Debenturistas , previstos neste Contrato;
			15. permitir e fazer com que o Banco Administrador permita o livre acesso, inclusive eletrônico, do Agente Fiduciário e de seus representantes, para consulta às informações financeiras com base nas quais os Direitos Creditórios foram apurados e determinados à distribuição e respectivo depósito nas Contas Vinculadas, conforme o caso;
			16. até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, não alterar o Banco Administrador sem a prévia aprovação dos Debenturistas, observado o disposto neste Contrato;
			17. permitir que o Agente Fiduciário, ou quaisquer de seus representantes autorizados realizem, em horário comercial praticado pela Cedente e mediante solicitação por escrito, com 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência, inspeções no Projeto, livros, registros e contabilidade da Cedente, para o fim exclusivo de atestar o fiel cumprimento deste Contrato, sem prejuízo de manter a confidencialidade das informações fornecidas pela Cedente;
			18. permanecer, até a quitação das Obrigações Garantidas, na posse e guarda por meio eletrônico dos documentos que deram origem aos Direitos Creditórios, assumindo, nos termos do artigo 627 e seguintes do Código Civil, e sem direito a qualquer remuneração, o encargo de depositário desses documentos, obrigando-se a bem custodiá-los, guardá-los e conservá-los, e entregar, em meio eletrônico, ao Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, por escrito, ou ao juízo competente, no prazo por este determinado;
			19. caso necessário, renovar anualmente, durante o Prazo de Vigência, a procuração outorgada pela Cedente ao Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias antes da data de seu respectivo vencimento, nos termos das Cláusulas 9.1 e 11.2 abaixo;
			20. notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário caso seja celebrado novo contrato de concessão, ou qualquer outro instrumento, com o Poder Concedente e/ou o ONS que envolva **(a)** a prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão objeto do atual Contrato de Concessão e **(b)** os Direitos Creditórios Emergentes, os Direitos Creditórios CPST, e os Direitos Creditórios CUST, de maneira que afete ou possa afetar os direitos dos Debenturistas com relação ao cumprimento pela Cedente, de suas obrigações previstas nas Escrituras de Emissão ou neste Contrato;
			21. caso não tenha havido o cumprimento integral das Obrigações Garantidas e ocorra a prorrogação do prazo das Concessões ou a celebração de novos contratos de concessão, pela Janaúba, que envolvam a prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão do Contrato de Concessão, ceder aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, por meio de aditamento a este Contrato, todos os direitos creditórios que decorrerem da prorrogação ou destes novos contratos de concessão;
			22. no caso da Janaúba, não contratar quaisquer novas dívidas ou obrigações financeiras no mercado financeiro, bancário ou de capitais ou adiantamentos para futuros aumentos de capitais (AFACs), exceto quando convertidos em aumento de capital no prazo de até 6 (seis) meses contado de sua realização, e/ou mútuos, na qualidade de devedoras, afiançadas, garantidoras e/ou coobrigadas, exceto por novas dívidas ou obrigações financeiras que sejam para novos investimentos no Projeto e/ou outro(s) projeto(s) dentro da área de concessão da Janaúba, em conformidade com o respectivo Contrato de Concessão, em decorrência de determinação da ANEEL, (a) em montante individual ou agregado não superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); ou (b) em montantes superiores a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), desde que a razão entre:

(a) o volume anual, em reais, da Receita Anual Permitida (“**RAP**”) adicional a ser gerada pelos novos investimentos no Projeto (conforme determinação da ANEEL e atualizado, anualmente, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)), multiplicado pelo mínimo entre (i) o prazo remanescente (em anos) pelo qual tal RAP adicional é devida ao Projeto aplicável (conforme determinação da ANEEL), no momento da emissão do endividamento adicional e o (ii) prazo (em anos) do novo endividamento, e

(b) o volume do novo endividamento, em reais, seja maior ou igual a 3,5 (três inteiros e cinquenta centésimos);

* + - 1. constituição de quaisquer ônus ou gravames sobre os ativos do Projeto, incluindo-se quaisquer dos Direitos Creditórios, exceto as garantias eventualmente exigidas pela ANEEL ou pelo ONS;
			2. rescisão, caducidade, encampação, anulação, transferência compulsória da Concessão a terceiros, advento do termo contratual, sem a devida prorrogação, anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga, nos termos dos contratos de concessão para transmissão de energia elétrica celebrados pela Janaúba, em qualquer caso desta alínea que sejam relativas ao Projeto ou representem 15% (quinze por cento) das receitas operacionais líquidas anuais da Janaúba;
			3. nas seguintes hipóteses, constituir, em favor dos Debenturistas e de forma satisfatória a estes, cessão fiduciária de recebíveis oriundos dos direitos emergentes e demais recebíveis relacionados a contratos de concessão e/ou contratos de prestação de serviços de transmissão celebrados entre a Janaúba e/ou qualquer sociedade pertencente a seu grupo econômico e a ANEEL e/ou o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, conforme o caso, mediante a celebração de aditamento a este Contrato, nos moldes do **Anexo V** ao presente Contrato, sendo certo que referidos direitos emergentes e recebíveis cedidos fiduciariamente, juntamente com os Direitos Creditórios Emergente, os Direitos Creditórios CPST e os Direitos Creditórios CUST deverão corresponder ao Montante Mínimo da Cessão Fiduciária:

(a) no caso de não atendimento do Montante Mínimo da Cessão Fiduciária nos termos da Cláusula 5.2.3 e seguintes acima;

(b) abandono parcial e/ou paralisação na execução do Projeto que possa causar um Efeito Adverso Relevante, ou abandono total do Projeto, ou de qualquer ativo que seja essencial à implementação ou operação de tal Projeto;

(c) proferimento de decisão definitiva judicial, administrativa ou arbitral, de natureza condenatória ou declaratória, contra a Cedente, que impeça a continuidade e/ou a Conclusão do Projeto;

(d) medida de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos ou ações da Cedente, exceto se tal medida for cancelada, sustada ou, por qualquer forma, suspensa, em qualquer hipótese, dentro dos prazos legais;

(e) não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação, cassação, rescisão extinção ou suspensão das aprovações, alvarás, concessões, autorizações, registros, subvenções ou licenças, inclusive as ambientais e as concedidas pela ANEEL e MME, (a) necessárias para as atividades da Cedente, incluindo, mas não se limitando aquelas exigidas para construir, operar e manter o Projeto; ou (b) necessárias para a manutenção ininterrupta das atividades desenvolvidas pela Cedente, exceto se dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data da referida não renovação, cancelamento, revogação, cassação, rescisão, extinção ou suspensão ou da data em que a autorização, aprovação, registro ou licença deveria ter sido obtida, a Cedente comprove a existência de provimento administrativo ou jurisdicional autorizando a continuidade de suas atividades até a renovação ou obtenção da referida autorização, concessão, alvará, aprovação, registro, subvenção ou licença, e desde que a Cedente tenha tomado as medidas cabíveis para tanto no prazo legal;

* + - 1. não realizar operações de cisão, fusão ou incorporação envolvendo a Cedente, inclusive incorporação de ações, ou qualquer outra forma de reorganização societária, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas;
			2. informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da ocorrência de qualquer situação que importe em modificação do Projeto solicitada ou autorizada por parte da ANEEL, MME ou outro órgão regulador, ou, ainda, que possa comprometê-los, indicando as providências que serão adotadas;
			3. dentro do prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da respectiva solicitação por escrito: (a) informar ao Agente Fiduciário sobre impactos ambientais negativos e prejudiciais do Projeto e as formas de prevenção e contenção desses impactos; e (b) disponibilizar cópia de estudos, laudos, relatórios, autorizações, licenças, alvarás, outorgas e suas renovações, suspensões, cancelamentos ou revogações relacionadas ao Projeto;
			4. manter vigentes as apólices de seguros, conforme necessárias para cobertura do Projeto e sua implantação;
			5. no caso da Cedente, não realizar investimentos em outros empreendimentos, que não os relacionados ao Projeto, ressalvados aqueles permitidos pelo Contrato de Concessão, incluindo aqueles investimentos em reforço para fins regulatórios autorizado pela ANEEL;
			6. no caso da Cedente não permitir o vencimento antecipado de obrigações de natureza financeira a que esteja sujeita, assim entendidas as dívidas contraídas pela Cedente por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, valor individual ou agregado, igual ou superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), sendo que um vencimento antecipado dessa natureza será considerado um Evento de Vencimento Antecipado para fins das Cláusulas 6.1.2 das Escrituras de Emissão;
			7. no caso da Cedente, não alocar, distribuir, pagar ou transferir recursos, a qualquer título, a suas coligadas, exceto pela Emissora, nos termos e condições permitidos na Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;
			8. no caso da Cedente celebrar contratos de acordo com as boas práticas e padrão de mercado aplicáveis a projetos similares, considerando, dentre outros, condições relativas a escopo, qualidade e custos de contratação, em especial em contratos com partes relacionadas, obtendo a anuência da ANEEL, nos termos e condições exigidos pelo respectivo Contrato de Concessão e/ou pela regulação aplicável; e
			9. dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, fornecer ao Agente Fiduciário, cópia das demonstrações financeiras da Cedente, completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, conforme aplicável.
	1. A Cedente, às suas próprias expensas, celebrará os documentos e instrumentos adicionais necessários que eventualmente venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário de tempos em tempos que sejam necessários para permitir que o Agente Fiduciário proteja a Cessão Fiduciária ora constituída sobre os Direitos Creditórios, ou o exercício por parte do Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas de quaisquer dos direitos, poderes e faculdades a eles atribuídos pelo presente Contrato.
1. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA CEDENTE
	1. Sem prejuízo das demais declarações e garantias prestadas na Escritura de Emissão, a Cedente declara e garante ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, na data de assinatura deste Contrato, que:
		* + 1. é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e validamente existente, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
				2. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração deste Contrato, da constituição da Cessão Fiduciária e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
				3. a celebração deste Contrato, a constituição da Cessão Fiduciária e o cumprimento integral de todas as obrigações, principais e acessórias, aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Cedente;
				4. após a obtenção dos registros previstos na Cláusula 4 acima, este Contrato e as obrigações aqui previstas constituirão em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, direito real de garantia, bem como obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Cedente, exigíveis contra a Cedente de acordo com os seus termos e condições aqui previstos, com força de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, incisos I a III, da Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015, conforme em vigor (“**Código de Processo Civil**”);
				5. seus representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações previstas neste Contrato e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e de acordo com o estatuto social da Cedente;
				6. a celebração, os termos e condições deste Contrato e dos demais documentos da Emissão e da Oferta de que seja parte, a assunção e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas e a realização da Emissão, da Oferta, a constituição da Cessão Fiduciária, conforme aplicável, não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem podem resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (c)  criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo da Cedente (exceto pela Cessão Fiduciária); (d) infração a qualquer disposição legal ou regulamentar a Cedente esteja sujeita; e (e) infração a qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Cedente e/ou qualquer de seus ativos;
				7. é a única legítima, beneficiária e proprietária dos Direitos Creditórios, os quais encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames, encargos ou restrições (exceto pela presente Cessão Fiduciária);
				8. inexiste (a) descumprimento de qualquer disposição contratual relevante, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em que a Cedente tenha sido citada, em qualquer dos casos deste inciso, visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar este Contrato;
				9. não existe qualquer ação ou procedimento judicial, administrativo ou fiscal, em que a Cedente tenha sido citada, que possa, ainda que indiretamente, prejudicar ou invalidar os Direitos Creditórios ou este Contrato;
				10. nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental, órgão regulatório ou terceiro (incluindo, mas sem limitação no que diz respeito aos aspectos legais, contratuais, societários e regulatórios), é exigido para o cumprimento pela Cedente de suas obrigações nos termos deste Contrato, exceto: (i) pelo arquivamento e publicação da atas das aprovações societárias na JUCERJA; (ii) pela inscrição dos aditamentos às Escrituras de Emissão da 1ª e 2ª emissão de Debêntures, e seus eventuais aditamentos, na JUCERJA, nos termos previstos na Escritura de Emissão; (iii) pela publicação da ata da RCA de Emissão no DOERJ e no jornal “Valor Econômico” e da AGE da Janaúba no DOERJ e no jornal “Valor Econômico”; (iv) pelo depósito das Debêntures na B3 – Segmento Cetip UTVM; e (v) pelo registro das Debêntures na B3;
				11. não existem outros contratos, acordos de acionistas ou quaisquer outros direitos ou reivindicações de qualquer natureza relacionados à emissão, aquisição, recompra, resgate, cessão, direito de voto ou direito de preferência com relação aos Direitos Creditórios, que possam prejudicar a Cessão Fiduciária criada nos termos do presente Contrato;
				12. os Direitos Creditórios (a) não são, na data de assinatura deste Contrato, objeto de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa, por parte dos respectivos devedores, de que tenha sido citada, independentemente da alegação ou mérito que possa, direta ou indiretamente, comprometer sua liquidez e certeza; e (b) não são ou foram objeto de qualquer tipo de renegociação, acordo ou transação;
				13. responsabiliza-se pela existência, exigibilidade, ausência de vícios, consistência e legitimidade dos respectivos Direitos Creditórios;
				14. a procuração outorgada pela Cedente ao Agente Fiduciário, de acordo com o **Anexo I** do presente Contrato, é irrevogável e irretratável e, sendo devida e validamente assinada e entregue, conferirá ao Agente Fiduciário os direitos e autoridades a que se propõe a conferir, não tendo a Cedente assinado nenhuma outra procuração ou documento, instrumento ou contrato similar, com respeito aos Direitos Creditórios;
				15. o Contrato de Concessão e o CPST (a) encontram-se plenamente existentes, válidos, em vigor e exequíveis de acordo com os seus termos e condições; e (b) não contêm qualquer avença que impeça, proíba ou condicione, a qualquer título;
				16. a Concessão encontra-se plenamente existente, válida, em vigor e exequível de acordo com os seus termos e condições;
				17. a Cedente mantem os seus bens adequadamente segurados, de acordo com o estágio de desenvolvimento das operações, e de acordo com as práticas correntes de mercado;
				18. o Projeto foi devidamente enquadrado nos termos da Lei nº 12.431/2011 e considerado como prioritário;
				19. a Cessão Fiduciária objeto deste Contrato não compromete a operacionalização e a continuidade da prestação dos serviços de transmissão de energia pela Cedente, estando de acordo com os limites e condições previstos na lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e na Resolução Normativa nº 766, de 25 de abril de 2017 da ANEEL.
	2. Sem prejuízo do disposto acima, a Cedente deverá notificar, em até 3 (três) Dias Úteis, o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas pela Cedente neste Contrato se tornem, total ou parcialmente, inverídicas, incompletas ou incorretas.
	3. No caso de as Partes firmarem aditamento a este Contrato, as declarações e garantias aqui prestadas deverão também ser prestadas no aditamento, devendo ser corretas, válidas e estar vigentes na data de celebração do respectivo aditamento.
2. OBRIGAÇÕES E DECLARAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO
	1. Nos termos das Escrituras de Emissão, o Agente Fiduciário, acima qualificado, foi nomeado e constituído como Agente Fiduciário da Emissão, para representar a comunhão dos Debenturistas perante a Cedente, nos termos da Instrução da CVM n.º 583, de 20 de dezembro de 2016, conforme em vigor, e demais leis e regulamentações aplicáveis.
	2. Sem prejuízo das declarações e garantias prestadas nas Escrituras de Emissão, o Agente Fiduciário declara, nesta data, conforme aplicável, todas as declarações, garantias e obrigações prestadas, outorgadas e contratadas nas Escrituras de Emissão aplicam-se ao presente Contrato como se tais declarações, garantias, obrigações estivessem aqui integralmente transcritas, conforme aplicáveis.
3. EXCUSSÃO E COBRANÇA
	1. Caso seja declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nas Escrituras de Emissão ou no vencimento final sem que as Obrigações Garantidas tenham sido quitadas, o Agente Fiduciário, representando os Debenturistas, poderá excutir, no todo ou em parte, a presente Cessão Fiduciária até o integral pagamento das Obrigações Garantidas.
		1. Sem limitação das disposições acima, o Agente Fiduciário poderá, pelo preço e nas condições que os Debenturistas entenderem apropriadas, e em qualquer caso, vender, ceder, sacar, resgatar, transferir, cobrar, receber, realizar ou de qualquer outra forma dispor dos Direitos Creditórios, conforme o caso, total ou parcialmente, bem como utilizar os recursos depositados nas Contas Vinculada, utilizando o produto na quitação das Obrigações Garantidas devidas e não pagas, entregando à Cedente o que porventura sobejar, nos termos desta Cláusula 11.
	2. Na ocorrência do previsto na Cláusula 11.1 acima pelo presente Contrato e na melhor forma de direito, os Debenturistas e o Agente Fiduciário ficam, em caráter irrevogável e irretratável, como condição deste Contrato, autorizados, na qualidade de mandatários da Cedente, a firmar, se necessário, quaisquer documentos e praticar quaisquer atos necessários para tanto, sendo-lhes conferidos todos os poderes que lhes são assegurados pela legislação vigente, inclusive os poderes “*ad negotia*”, incluindo, ainda, os previstos no artigo 66‑B da Lei n.º 4.728, no Decreto Lei 911, e todas as faculdades previstas na Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme em vigor, substancialmente nos termos do modelo de procuração anexo ao presente Contrato na forma do **Anexo I**.
	3. O Agente Fiduciário deverá agir em consonância com o disposto neste Contrato e estritamente de acordo com as instruções recebidas dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos das Escrituras de Emissão, não cabendo ao Agente Fiduciário qualquer discricionariedade em sua atuação.
	4. Os recursos apurados de acordo com os procedimentos de excussão previstos nesta Cláusula 11, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser, em até 1 (um) Dia Útil, aplicados na amortização ou quitação integral do saldo devedor das Obrigações Garantidas, conforme o caso.
		1. Caso os recursos apurados de acordo com os procedimentos de excussão não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as Obrigações Garantidas, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: **(i)** quaisquer valores devidos pela Janaúba nos termos das Debêntures , conforme aplicável, que não sejam os valores a que se refere o item (ii) e (iii) abaixo; **(ii)** Remuneração, Encargos Moratórios e demais encargos e despesas devidos sob as Obrigações Garantidas; e **(iii)** o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures .
	5. Caso, após a integral liquidação das Obrigações Garantidas, seja apurado saldo positivo, o Agente Fiduciário deverá entregá-lo à Cedente, em até 2 (dois) Dias Úteis, acompanhado do respectivo demonstrativo de sua apuração.
	6. Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, da Cessão Fiduciária com as demais garantias eventualmente prestadas nos termos da Escritura de Emissão, podendo o Agente Fiduciário, representando os Debenturistas, executar ou excutir todas ou cada uma delas indiscriminadamente, sem que com isso prejudique qualquer direito ou possibilidade de exercê-lo no futuro, para os fins de amortizar ou quitar as Obrigações Garantidas, ficando, ainda, estabelecido que, desde que declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nas Escrituras de Emissão ou no vencimento final sem que as Obrigações Garantidas tenham sido quitadas, a excussão ou execução da Cessão Fiduciária independerá de qualquer providência preliminar por parte dos Debenturistas , tais como aviso, protesto, notificação, interpelação ou prestação de contas, de qualquer natureza.
4. BANCO ADMINISTRADOR
	1. O Banco Administrador deverá movimentar as Contas Vinculadas única e exclusivamente de acordo com o Contrato de Depósito e com as instruções recebidas do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas.
5. NOTIFICAÇÕES
	1. Todas as comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos deste Contrato deverão ser sempre realizadas por escrito e ser encaminhadas para os seguintes endereços**:**
		1. Se para a Janaúba

**JANAÚBA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELE´TRICA S.A.**
Praça XV de Novembro, nº 20, sala 602, Centro

20010-010, Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Marcus Aucélio
Tel.: +55 (21) 2212 6000/6001
Fax: +55 (21) 2212 6040
E-mail: marcus.aucelio@taesa.com.br

* + 1. Se para o Agente Fiduciário:

SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, Centro
Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro
At.: Carlos Alberto Bacha / Matheus Gomes Faria / Rinaldo Rabello Ferreira
Tel.: (21) 2507-1949 / +55 (11) 3090-0447
E-mail: fiduciario@simplificpavarini.com.br

* 1. As comunicações, avisos ou notificações referentes a este Contrato serão consideradas entregues quando recebidas por qualquer empregado, preposto ou representante de qualquer das Partes, sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama, ou por correio eletrônico nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente.
	2. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela parte que tiver seu endereço alterado.
	3. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 13.3 acima serão arcados pela Parte inadimplente.
1. RENÚNCIA À SUB-ROGAÇÃO
	1. Na hipótese de excussão da presente garantia, a Cedente não terá qualquer direito de reaver dos Debenturistas qualquer valor decorrente da excussão dos Direitos Creditórios, exceto pelo valor residual de venda excussão dos Direitos Creditórios.
	2. A Cedente, conforme o caso, reconhecem, portanto: (i) que não terá qualquer pretensão ou ação contra os Debenturistas; e (ii) que a ausência de sub-rogação não implica enriquecimento sem causa dos Debenturistas, haja vista que (a) a Janaúba é a devedora principal e beneficiária das Debêntures; e (b) o valor residual de excussão dos Direitos Creditórios será restituído à Cedente após a liquidação integral das Obrigações Garantidas, caso aplicável.
2. DISPOSIÇÕES GERAIS
	1. Este Contrato constitui parte integrante e complementar das Escrituras de Emissão, cujos termos e condições as Partes declaram conhecer e aceitar.
	2. As obrigações assumidas neste Contrato têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
	3. Qualquer alteração a este Contrato somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as Partes.
	4. Caso qualquer das disposições deste Contrato venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
	5. Fica vedada a cessão dos direitos e transferência das obrigações decorrentes deste Contrato sem anuência da outra Parte.
	6. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes do presente Contrato. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Cedente prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Cedente neste Contrato ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
	7. A Cedente obriga-se, como condição deste Contrato, no que lhe disser respeito, a tomar todas e quaisquer medidas necessárias à formalização e, se for o caso, à excussão da Cessão Fiduciária, e a tomar tais medidas e produzir tais documentos de modo a possibilitar ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas o exercício dos direitos e prerrogativas estabelecidos neste Contrato.
	8. Qualquer custo ou despesa eventualmente incorrido pela Cedente no cumprimento de suas obrigações previstas neste Contrato será de inteira responsabilidade da Cedente, não sendo imputada aos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou reembolso.
	9. Qualquer importância devida aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, nos termos deste Contrato deverá ser paga nos termos previstos neste Contrato e na Escritura de Emissão, vedada qualquer forma de compensação por parte da Cedente.
	10. As Partes reconhecem este Contrato como título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, inciso III, do Código de Processo Civil.
	11. Para os fins deste Contrato, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 497 e seguintes, 538, 806 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo dos direitos previstos neste Contrato e nas Escrituras de Emissão.
3. LEI E FORO
	1. Este Contrato é regido material e processualmente pelas Leis da República Federativa do Brasil.
	2. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes deste Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, firmam as Partes o presente Contrato em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, [•] de [•] de 2020.

*[restante da página deixado intencionalmente em branco]*

*(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária e Outras Avenças)*

**JANAÚBA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**

Cedente

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Nome:Cargo: | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Nome:Cargo: |

*(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária e Outras Avenças)*

**Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Agente Fiduciário

|  |
| --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Nome:Cargo: |

*(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária e Outras Avenças)*

**Testemunhas:**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Nome: | Nome: |
| RG: | RG: |
| CPF: | CPF: |

**ANEXO I**

**MODELO DE PROCURAÇÃO**

**JANAÚBA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**,sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº 20, sala 602, CEP 20010-010, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“**CNPJ/ME**”) sob o nº 26.617.923/0001-80, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“**JUCERJA**”) sob o NIRE 33.3.0032193-4, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“**Janaúba**” ou “**Outorgante**”); por este ato, de forma irrevogável e irretratável, nomeia e constitui seu bastante procurador, nos termos do artigo 653 e seguintes da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme em vigor (“**Código Civil**”), a **Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**,instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0001-50 (“**Outorgado**”), na qualidade de representante dos titulares das debêntures (“**Debenturistas**”), emitidas no âmbito da (I) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, em série única para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Janaúba; e (II) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Janaúba (“**Debêntures**”) e (“**Emissões**”), nos termos do artigo 62, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, as quais serão objeto de distribuição pública, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada e da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, favorecidos pela garantia constituída nos termos do “*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária e Outras Avenças”,* celebrado em [•] de [•] de 2020 entre a Outorgante e o Outorgado (“**Contrato**”), seu bastante procurador para atuar em seu nome, outorgando-lhe poderes especiais para, desde que observados os termos, condições e procedimentos estabelecidos no referido instrumento, excutir a garantia objeto do Contrato e praticar todo e qualquer ato necessário com relação aos Direitos Creditórios (conforme definido no Contrato) para garantir o integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido no Contrato), incluindo:

* + - 1. firmar quaisquer documentos e praticar qualquer ato em nome da Outorgante relativo à garantia instituída pelo Contrato, na medida em que seja o referido ato ou documento necessário para constituir, conservar, formalizar ou validar a Cessão Fiduciária, nos termos do Contrato;
			2. efetuar o registro da garantia criada por meio do Contrato perante os competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, caso a Outorgante não faça no prazo previsto no Contrato;
			3. na eventual declaração do vencimento antecipado ou no vencimento final sem que as Obrigações Garantidas tenham sido quitadas, sacar, resgatar, vender, alienar e/ou negociar, judicial ou extrajudicialmente, conforme permitido pela regulamentação aplicável, parte ou a totalidade dos Direitos Creditórios e recursos deles decorrentes, podendo, para tanto, sem limitação, receber valores, transigir, de modo a preservar os direitos, garantias e prerrogativas dos Debenturistas previstos no Contrato e nas Escrituras de Emissão (conforme definido no Contrato);
			4. na eventual declaração do vencimento antecipado ou no vencimento final sem que as Obrigações Garantidas tenham sido quitadas, representar as Outorgantes, em juízo ou fora dele, perante instituições financeiras ou terceiros em geral, de direito público ou privado, e todas e quaisquer agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, entre outras, a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ou de outros Estados, conforme aplicável, Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, Banco Central do Brasil e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, para a prática de atos relacionados à disposição dos Direitos Creditórios, e resguardar os direitos e interesses dos Debenturistas;
			5. na eventual declaração do vencimento antecipado ou no vencimento final sem que as Obrigações Garantidas tenham sido quitadas, assinar todos e quaisquer instrumentos e praticar todos os atos perante qualquer terceiro ou autoridade governamental, que sejam necessários para efetuar a venda pública ou privada dos Direitos Creditórios;
			6. na eventual declaração do vencimento antecipado ou no vencimento final sem que as Obrigações Garantidas tenham sido quitadas, proceder à transferência dos Direitos Creditórios e recursos deles decorrentes no curso dos procedimentos de excussão da garantia constituída nos termos do Contrato;
			7. praticar todos e quaisquer outros atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato;
			8. na eventual declaração do vencimento antecipado ou no vencimento final sem que as Obrigações Garantidas tenham sido quitadas, praticar todos os atos necessários para receber todos os valores exigíveis mediante ou relativo a qualquer execução de seus direitos com relação aos referidos Direitos Creditórios nos termos do Contrato;
			9. ter acesso, por meio eletrônico, às informações sobre o fluxo dos recursos depositados nas Contas Vinculadas e acessar todas as informações referentes às Contas Vinculadas, incluindo consulta a saldo e extratos, em conformidade com a Cláusula 5 do Contrato;
			10. movimentar as Contas Vinculadas, mediante envio de notificação ao Banco Administrador, nos termos do Contrato; e
			11. assinar quaisquer aditamentos, nos termos permitidos no Contrato, caso a Outorgante não o faça nos termos e prazos previstos no Contrato.

Os termos utilizados no presente instrumento com a inicial em maiúscula, que não tenham sido aqui definidos, terão o mesmo significado atribuído a tais termos no Contrato.

Os poderes outorgados pelo presente instrumento são adicionais em relação aos poderes outorgados pela Outorgante ao Outorgado nos termos do Contrato ou de quaisquer outros documentos e não cancelam nem revogam nenhum de referidos poderes.

O Outorgado ora nomeado pelo presente instrumento está autorizado a substabelecer, no todo ou em parte, os poderes aqui outorgados para advogados ou sucessores do crédito.

A presente procuração é outorgada de forma irrevogável e irretratável como condição do Contrato e como meio para o cumprimento das obrigações ali estabelecidas, conforme previsto no artigo 684 e 685 do Código Civil, salvo em caso de substituição ou destituição do Outorgado, hipótese em que a presente procuração será considerada, com relação aos poderes outorgados ao Outorgado, automaticamente revogada a partir da respectiva data de sua substituição ou destituição.

Esta procuração será válida pelo prazo de vigência do Contrato, ou até o pagamento e liberação integral das Obrigações Garantidas.

A presente procuração será regida e interpretada em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil.

São Paulo, [•] de [•] de 2020.

**JANAÚBA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Nome:Cargo: | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Nome:Cargo: |

*[reconhecimento de firma]*

**ANEXO II**

**Obrigações Garantidas na 1ª Emissão**

Para fins do disposto no artigo 66-B, da Lei 4.728, as principais características das Obrigações Garantidas são as seguintes:

* + - * 1. Valor total de Emissão: O valor total da Emissão das Debêntures é de R$ 224.000.000,00 (duzentos e vinte e quatro milhões de reais).
				2. Valor em aberto da Emissão: O valor total em aberto da Emissão das Debêntures é de R$ [●] ([●] milhões de reais).
				3. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é 15 de janeiro de 2019 (“**Data de Emissão**”).
				4. Quantidade de Debêntures: Foram emitidas 224.000 (duzentas e vinte e quatro mil) Debêntures.
				5. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão (conforme abaixo definida), é de R$1.000,00 (mil reais) (“**Valor Nominal Unitário**”).
				6. Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, é atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“**IPCA**”), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“**IBGE**”), calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis, desde a Primeira Data de Integralização até a Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e, se permitido pelas regras expedidas pelo CMN, pela Lei 12.431/11 e pela legislação e regulamentação aplicáveis, Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total, Resgate Antecipado Facultativo Total, ou ainda, de aquisição facultativa das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures automaticamente (“**Atualização Monetária**” e “**Valor Nominal Unitário Atualizado**”, respectivamente), e calculado de acordo com fórmula prevista na Escritura de Emissão.
				7. Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios a serem definidos no Procedimento de *Bookbuilding,* em qualquer caso limitada ao maior entre **(i)** 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescida exponencialmente da taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais, com vencimento em 15 de agosto de 2028, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br), a ser apurada (a) no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* ou (b) conforme a média aritmética dos últimos 3 (três) Dias Úteis anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o que for maior ou **(ii)** 5,40% (cinco inteiros e quarenta centésimos por cento) ao ano*.* Os juros remuneratórios utilizarão base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“**Remuneração**”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A Remuneração é calculada de acordo com fórmula descrita na Escritura de Emissão.
				8. Amortização do Principal: Sem prejuízo aos pagamentos decorrentes de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e, se permitido pelas regras expedidas pelo CMN, pela Lei 12.431/11 e pela legislação e regulamentação aplicáveis, Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total, Resgate Antecipado Facultativo Total, ou ainda, de aquisição facultativa das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário Atualizado, é amortizado, semestralmente, no dia 15 (quinze), dos meses janeiro e julho de cada ano, conforme tabela descrita na Escritura de Emissão.
				9. Pagamento da Remuneração: Sem prejuízo aos pagamentos decorrentes de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total, Resgate Antecipado Facultativo Total, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração é paga semestralmente, no dia 15 (quinze) dos meses de janeiro e julho, sendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2022 e o último pagamento na Data de Vencimento (cada uma das datas, “**Data de Pagamento da Remuneração**”)..
				10. Garantias Reais: Como garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas e quaisquer Obrigações Garantidas, as Debêntures serão garantidas pela **(1)** garantia real de alienação fiduciária, constituído pela Fiadora, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, da totalidade das ações de emissão da Emissora (“**Alienação Fiduciária de Ações**”), nos termos e condições a serem estabelecidos no “*Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças*”, a ser celebrado entre a Fiadora, na qualidade de acionista da Emissora, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e a Emissora na qualidade de intervenientes anuentes e emissora das Debêntures (“**Contrato de Alienação Fiduciária de Ações**”); e **(2)** garantia real de cessão fiduciária, constituído pela Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, **(i)** da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 15/2017-ANEEL, celebrado em 10 de fevereiro de 2017, entre a União, representada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“**ANEEL**”), e a Emissora (“**Contrato de Concessão**”); **(ii)** da totalidade dos direitos creditórios provenientes do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 020/2017, firmado entre a Emissora e a ONS (“**ONS Janaúba**”), em 07 de abril de 2017, e seus posteriores aditivos (“**CPST Janaúba**”); **(iii)** todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da Emissora que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão, do CPST Janaúba, ou decorrentes, a qualquer título, da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Emissora compreendendo, mas não se limitando: **(a)** o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Emissora, incluído o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão; **(b)** os direitos creditórios da Emissora, provenientes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, previstos no Contrato de Concessão e no CPST Janaúba, inclusive a totalidade da receita proveniente da prestação dos serviços de transmissão; e **(iv)** os direitos creditórios de conta vinculada na qual serão depositados todos os recursos provenientes dos direitos creditórios cedidos, conforme previstos nos itens (i), (ii) e (iii) acima (“**Conta Vinculada**”) (“**Cessão Fiduciária**”) e com a Alienação Fiduciária de Ações, “**Garantias Reais**”), nos termos e condições a serem estabelecidos no “*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária e Outras Avenças*”, a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas (“**Contrato de Cessão Fiduciária**” e com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, os “**Contratos de Garantia**”). Conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, após a celebração dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão, entre o ONS e as concessionárias de transmissão e as usuárias do sistema de transmissão (“**CUSTs**”), os direitos creditórios e recebíveis decorrentes de tais contratos passarão a integrar a Cessão Fiduciária, sendo certo que nenhuma autorização adicional societária ou dos Debenturistas se fará necessária para tal inclusão
				11. Prazo e Data de Vencimento: Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e, se permitido pelas regras expedidas pelo CMN, pela Lei 12.431/11 e pela legislação e regulamentação aplicáveis, Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total, Resgate Antecipado Facultativo Total, ou ainda, de aquisição facultativa com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures é de 14 (quatorze) anos e 6 (seis) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2033 (“**Data de Vencimento**”).
				12. Repactuação Programada: As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.
				13. Resgate Antecipado Facultativo Total: Caso, a qualquer momento durante a vigência da presente Emissão e até a Data de Vencimento ocorra a perda do benefício tributário previsto na Lei nº 12.431/11 e/ou seja editada lei determinando a incidência de imposto sobre a renda retido na fonte sobre a Remuneração devida aos Debenturistas em alíquotas superiores àquelas em vigor na presente data, a Emissora estará autorizada, mas não obrigada, desde que permitido pelas regras expedidas pelo CMN e pela legislação e regulamentação aplicáveis, independentemente de qualquer procedimento ou aprovação, a realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, observado o disposto na Cláusula 5.30.3 (“Resgate Antecipado Facultativo Total”).
				14. Oferta de Resgate Antecipado Facultativo: A Emissora poderá realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures apenas caso venha a ser expressamente autorizado pelas regras expedidas pelo CMN e pela legislação e regulamentação aplicáveis. Neste caso, referida oferta poderá ser realizada pela Emissora, a seu exclusivo critério, e deverá abranger a totalidade das Debêntures, devendo ser endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar a oferta de resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo, bem como com as regras que venham a ser expedidas pelo CMN e pela legislação e regulamentação aplicáveis (“Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total”).
				15. Aquisição Facultativa: Após transcorridos 2 (dois) anos a contar da Data de Emissão (ou prazo inferior, que venha a ser autorizado pela legislação e/ou regulamentação aplicáveis às debêntures de que trata o artigo 2º da Lei nº 12.431/11), e observado disposto nos incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 1º da Lei nº 12.431/11, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures, no mercado secundário, condicionado ao aceite do Debenturista vendedor e desde que, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário Atualizado, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário Atualizado, desde que observadas as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos da Cláusula 5.21.1 acima poderão, a critério da Emissora, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures. As Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos desta Cláusula somente poderão ser canceladas, na forma que vier a ser regulamentada pelo CMN, em conformidade com o disposto no artigo 1°, parágrafo 1°, inciso II da Lei n° 12.431/11, observado que, na data de celebração da Escritura de Emissão, o referido cancelamento não é permitido pela Lei n° 12.431/11.
				16. Vencimento Antecipado: observados os termos e condições que constarão na Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da Janaúba constantes da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento do Valor Nominal Atualizado Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios (conforme a seguir definidos), se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Janaúba nos termos da Escritura de Emissão.
				17. Encargos Moratórios: Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da respectiva Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, incidirão, sobre todos e quaisquer valores em atraso, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) (“**Encargos Moratórios**”).
				18. Demais Características: As demais características da Emissão e das Debêntures encontram-se descritas na Escritura de Emissão.

**Obrigações Garantidas na 2ª Emissão**

Para fins do disposto no artigo 66-B, da Lei 4.728, as principais características das Obrigações Garantidas são as seguintes:

* + - * 1. Valor total de Emissão: O valor total da Emissão das Debêntures foi de R$ 575.000.000,00 (quinhentos e setenta e cinco milhões de reais).
				2. Valor em aberto da Emissão: O valor total em aberto da Emissão das Debêntures é de R$ [●] ([●] milhões de reais).
				3. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é 15 de dezembro de 2019 (“**Data de Emissão**”).
				4. Quantidade de Debêntures: Foram emitidas 575.000 (quinhentas e setenta e cinco mil) Debêntures.
				5. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão (conforme abaixo definida), é de R$1.000,00 (mil reais) (“**Valor Nominal Unitário**”).
				6. Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, é atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis, desde a Data de Integralização, ou desde a data de pagamento das Debêntures imediatamente anterior, até a data de seu efetivo pagamento (“**Atualização Monetária**”), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), conforme o caso, (“**Valor Nominal Unitário** **Atualizado**”), segundo a fórmula prevista na Escritura de Emissão.
				7. Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado incidirão juros remuneratórios, o qual é equivalente ao maior valor entre **(i)** 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitados **(i)** ao percentual correspondente à taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B), com vencimento em 15 de maio de 2035, a ser verificada no Dia Útil imediatamente anterior à data do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*), conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br); ou **(ii)** 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, dos dois o que for maior dos dois o que for maior no Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do procedimento de *Bookbuilding*, observada a possibilidade de Repactuação Programada, nos termos da Cláusula 5.13 da Escritura de Emissão (“**Remuneração**”), devendo ser celebrado aditamento à Escritura de Emissão para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding.* A Remuneração é calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado, desde a primeira Data de Integralização (inclusive) e, para as próximas datas de pagamento da Remuneração, desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), até a data do seu efetivo pagamento (exclusive), em regime de capitalização composta, de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.
				8. Amortização do Principal: Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e nas hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo e da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme abaixo definido) das Debêntures é amortizado em 39 (trinta e nove) parcelas semestrais, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 15 de dezembro de 2025, e a última parcela devida na Data de Vencimento, conforme cronograma detalhado no **Anexo I** à Escritura de Emissão.
				9. Pagamento da Remuneração: Sem prejuízo aos pagamentos decorrentes de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, das hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo e da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração é paga semestralmente, a partir do 36º (trigésimo sexto) mês contado da Data de Emissão (exclusive), sempre no dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 (quinze) de dezembro de 2022 e o último pagamento na Data de Vencimento (cada uma das datas, “**Data de Pagamento da Remuneração**”), conforme cronograma detalhado no **Anexo I** à Escritura de Emissão.
				10. Garantias Reais: Como garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas e quaisquer Obrigações Garantidas, as Debêntures serão garantidas pela **(1)** garantia real de alienação fiduciária, constituído pela Fiadora, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, da totalidade das ações de emissão da Emissora (“**Alienação Fiduciária de Ações**”), nos termos e condições a serem estabelecidos no “*Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças*”, a ser celebrado entre a Fiadora, na qualidade de acionista da Emissora, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e a Emissora na qualidade de intervenientes anuentes e emissora das Debêntures (“**Contrato de Alienação Fiduciária de Ações**”); e **(2)** garantia real de cessão fiduciária, constituído pela Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, **(i)** da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 15/2017-ANEEL, celebrado em 10 de fevereiro de 2017, entre a União, representada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“**ANEEL**”), e a Emissora (“**Contrato de Concessão**”); **(ii)** da totalidade dos direitos creditórios provenientes do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 020/2017, firmado entre a Emissora e a ONS (“**ONS Janaúba**”), em 07 de abril de 2017, e seus posteriores aditivos (“**CPST Janaúba**”); **(iii)** todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da Emissora que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão, do CPST Janaúba, ou decorrentes, a qualquer título, da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Emissora compreendendo, mas não se limitando: **(a)** o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Emissora, incluído o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão; **(b)** os direitos creditórios da Emissora, provenientes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, previstos no Contrato de Concessão e no CPST Janaúba, inclusive a totalidade da receita proveniente da prestação dos serviços de transmissão; e **(iv)** os direitos creditórios de conta vinculada na qual serão depositados todos os recursos provenientes dos direitos creditórios cedidos, conforme previstos nos itens (i), (ii) e (iii) acima (“**Conta Vinculada**”) (“**Cessão Fiduciária**” e, em conjunto com a Alienação Fiduciária de Ações, “**Garantias Reais**”), nos termos e condições a serem estabelecidos no “*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária e Outras Avenças*”, a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas (“**Contrato de Cessão Fiduciária**” e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, os “**Contratos de Garantia**”). Conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, após a celebração dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão, entre o ONS e as concessionárias de transmissão e as usuárias do sistema de transmissão (“**CUSTs**”), os direitos creditórios e recebíveis decorrentes de tais contratos passarão a integrar a Cessão Fiduciária, sendo certo que nenhuma autorização adicional societária ou dos Debenturistas se fará necessária para tal inclusão
				11. Prazo e Data de Vencimento: Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo e Oferta de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, conforme aplicável, ou ainda, de aquisição facultativa com o consequente cancelamento das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures é de 25 (vinte e cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2044 (“**Data de Vencimento**”).
				12. Repactuação Programada: Caso a Alienação Fiduciária de Ações e a Cessão Fiduciária de Recebíveis não sejam constituídas e devidamente formalizadas, nos termos previstos na Escritura de Emissão e nos respectivos Contratos de Garantia, dentro do Prazo das Garantias Reais, a Remuneração relativa as Debêntures é repactuada, de forma que os juros remuneratórios prefixados aplicados à Remuneração, conforme definido em Procedimento de *Bookbuilding*, serão acrescidos em 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, observado o disposto na Cláusula 5.16 da Escritura de Emissão (“**Repactuação Programada**”).
				13. Resgate Antecipado Facultativo: Caso seja permitida, por lei e regulamentação específica à época, a realização de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definida na Escritura de Emissão), desde que **(i)** a partir do 20º (vigésimo) ano a contar da Data de Emissão (exclusive), nos termos do inciso I, do artigo 1º, da Resolução CMN 4.751; ou **(ii)** na ocorrência de um Evento Tributário (conforme abaixo definido) e, neste caso, desde que já tenha transcorrido o prazo indicado no inciso I, do artigo 1º da Resolução CMN 4.751 ou outro que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis, a Emissora estará autorizada, mas não obrigada, independentemente de qualquer aprovação, a realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, nos termos dos procedimentos previstos abaixo (“**Resgate Antecipado Facultativo**”).
				14. Oferta de Resgate Antecipado Facultativo: Nos termos do artigo 1º, §1º, inciso II, da Lei 12.431, e da Resolução CMN 4.751,a Emissora poderá realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, desde que já tenha transcorrido o prazo indicado no inciso I, do artigo 1º da Resolução CMN 4.751 ou outro que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis (“**Oferta de Resgate Antecipado Facultativo**”). Neste caso, a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo poderá ser realizada, pela Emissora, a seu exclusivo critério, e deverá abranger a totalidade das Debêntures, devendo ser endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo, bem como nos termos da Resolução CMN 4.751 ou de outra forma, desde que permitido pelas regras expedidas pelo CMN e pela legislação e regulamentação aplicáveis.
				15. Aquisição Facultativa: Nos termos do artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, é facultado à Emissora, decorridos os 2 (dois) primeiros anos contados da Data de Emissão (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis) e condicionado ainda ao aceite do(s) Debenturista(s) vendedor(es), adquirir Debêntures, nos termos do inciso II do parágrafo 1º do artigo 1º da Lei 12.431: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, desde que observe as regras expedidas pela CVM vigentes à época (se houver). As Debêntures adquiridas pela Janaúba poderão, a critério da Janaúba, (i) ser canceladas, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável, (ii) permanecer em tesouraria ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476 e nas demais leis e regulamentações aplicáveis.
				16. Vencimento Antecipado: observados os termos e condições que constarão na Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da Janaúba constantes da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento do Valor Nominal Atualizado Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios (conforme a seguir definidos), se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Janaúba nos termos da Escritura de Emissão.
				17. Encargos Moratórios: Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Janaúba de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração , calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, incidirão, sobre todos e quaisquer valores em atraso, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) (“**Encargos Moratórios**”).
				18. Demais Características: As demais características da Emissão e das Debêntures encontram-se descritas na Escritura de Emissão.

**ANEXO III**

**Contrato de Concessão**

* + - 1. Nome: “*Contrato de Concessão nº 15/2017 - ANEEL*” (“**Contrato de Concessão Janaúba**”);
			2. Partes: União (por meio da ANEEL) e Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. (interveniência e anuência da Transmissora Aliança de Energia Elétrica);
			3. Objeto: Construção, operação e manutenção das instalações de transmissão caracterizadas no anexo 6-17 do Edital do leilão nº 13/2015-ANEEL;
			4. Data de celebração: 10 de fevereiro de 2017;
			5. Vencimento: 30 (trinta) anos a contar da data de assinatura;
			6. Valor estimado: Receita Anual Permitida de R$ 174.624.789,00 (cento e setenta e quatro milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e nove reais); e
			7. Aditamentos: N/A.

**Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão**

* + - 1. Nome: “CPST nº 020/2017” (“**CPST Janaúba**”);
			2. Partes: ONS e Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.;
			3. Objeto: Termos e condições que irão regular as condições de administração e coordenação por parte do ONS, da prestação de serviços de transmissão pela Janaúba aos usuários;
			4. Data de celebração: 07 de abril de 2017;
			5. Vencimento: Até a extinção da concessão à Transmissora;
			6. Valor estimado: Não há; e
			7. Aditamentos: Termo Aditivo nº 01 ao CPST nº 020/2017

**Contratos de Uso do Sistema de Transmissão**

Contrato(s) a ser(em) celebrado(s) entre a Janaúba, representada pelo ONS como seu mandatário, e os usuários do sistema de transmissão, estabelecendo as condições técnicas e as obrigações relativas ao uso das instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, pela permissionária, incluindo a prestação de serviços de transmissão, sob supervisão do ONS, assim como a de serviços de coordenação e controle da operação do Sistema Interligado Nacional - SIN, pelo ONS (“**CUST Janaúba**”).

**ANEXO IV**

**MODELO DE NOTIFICAÇÃO AO PODER CONCEDENTE**

<Local>, [•] de [•] de [•].

À

**AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL**

[•]

Cidade [•], Estado [•]

At.: [•]

**OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO – ONS**

[•]

Cidade [•], Estado [•]

At.: [•]

**Ref. Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária e Outras Avenças**

Prezados Senhores,

Em 16 de dezembro de 2019, a Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“**Janaúba**” ou “**Cedente**”) e a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário (“**Agente Fiduciário**”), na qualidade de representante dos titulares das debêntures (“**Debenturistas**”), emitidas no âmbito da (I) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, em série única para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Janaúba; e (II) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Janaúba (“**Debêntures**”) e (“**Emissões**”), nos termos do artigo 62, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, as quais serão objeto de distribuição pública, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada e da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

As Partes celebraram os (i) *“Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografárias, com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.”* por meio do qual a Janaúba emitiu 224.000 (duzentos e vinte e quatro mil) Debêntures e o (ii) “*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.*” (“**Escritura de Emissão**”), por meio do qual a Janaúba emitiu 575.000 (quinhentos e setenta e cinco mil) Debêntures.

A fim de garantir as obrigações assumidas pelas Debêntures emitidas pela Janaúba nos termos da Escritura de Emissão, foi celebrado, em [•] de [•] de 2020, entre a Cedente e o Agente Fiduciário o “*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária e Outras Avenças*” (“**Contrato de Cessão Fiduciária**”), tendo por objeto, dentre outros, os (a) da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 15/2017-ANEEL, celebrado em 10 de fevereiro de 2017, entre a União, representada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e a Emissora, e seus posteriores aditivos (“Contrato de Concessão”); (b) da totalidade dos direitos creditórios provenientes do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 020/2017, firmado entre a Emissora e a ONS (“ONS Janaúba”), em 07 de abril de 2017, e seus posteriores aditivos (“CPST Janaúba”); (c) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da Emissora que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão, do CPST, ou decorrentes, a qualquer título, da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Emissora, compreendendo, mas não se limitando: (I) o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Emissora, incluído o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão; e (II) os direitos creditórios da Emissora, provenientes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, previstos no Contrato de Concessão e no CPST, inclusive a totalidade da receita proveniente de prestação dos serviços de transmissão; (d) os direitos creditórios de conta vinculada na qual serão depositados todos os recursos provenientes dos direitos cedidos nos itens (a), (b) e (c) deste item (“Cessão Fiduciária”, e em conjunto com Alienação Fiduciária de Ações, “Garantias”), nos termos e condições a serem estabelecidos no “Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas (“Contrato de Cessão Fiduciária”), conforme Anexo II à presente ata (ou, nos termos a serem submetidos à aprovação dos Debenturistas em assembleia de debenturistas a ser oportunamente convocada), passando as Debêntures a serem da espécie com garantia real (“Constituição de Garantias”);

A presente notificação e as instruções aqui contidas entram em vigor a partir da data de celebração do Contrato de Cessão Fiduciária e são irrevogáveis e não poderão ser modificadas ou canceladas sem o consentimento prévio, expresso e por escrito do Agente Fiduciário, até que todas as obrigações da Janaúba, nos termos da Escritura de Emissão, tenham sido integralmente quitadas ou o Contrato de Cessão Fiduciária resolvido, o que ocorrer primeiro. Após a quitação de todas as obrigações da Janaúba nos termos da Escritura de Emissão ou o Contrato de Cessão Fiduciária resolvido, o que ocorrer primeiro, o Agente Fiduciário deverá notificar V. Sas., com cópia à Janaúba, para que fiquem liberados das instruções constantes da presente notificação.

Qualquer alteração nos termos e instruções desta notificação somente poderá ser feita mediante notificação enviada e assinada pelo Agente Fiduciário, ficando V.Sas. a partir desta data, autorizadas a tão somente cumprir com instruções do Agente Fiduciário com relação aos pagamentos provenientes do Contrato de Concessão e do CPST e do CUST.

Solicitamos a assinatura desta carta para confirmar sua concordância e ciência com as instruções contidas na presente Notificação.

Atenciosamente,

**JANAÚBA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Nome:Cargo: | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Nome:Cargo: |

ANEXO V MODELO DE ADITAMENTO

**MODELO DE ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA E OUTRAS AVENÇAS**

**\*\*\***

**ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA E OUTRAS AVENÇAS**

Por este “*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária e Outras Avenças*” (“**Aditamento**”), de um lado:

1. **JANAÚBA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**,sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, nº 20, sala 602, CEP 20010-010, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“**CNPJ/ME**”) sob o nº 26.617.923/0001-80, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (“**JUCERJA**”) sob o NIRE 33.3.0032193-4, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“**Janaúba**”, “**Emissora**” ou “**Cedente**”)

e, de outro lado:

1. **Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**,instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0001-50, representando a comunhão titulares das Debêntures da 1ª Emissão e das Debêntures da 2ª Emissão em conjunto (“**Debenturistas**”), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na página de assinaturas do presente instrumento, na forma do seu contrato social, representando a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definidas) (“**Debenturistas**”), neste ato representada na forma do seu estatuto social (“**Agente Fiduciário**” quando referido em conjunto com a Cedente, “**Partes**” e, individualmente e indistintamente, “**Parte**”).

**CONSIDERANDO QUE**:

* 1. em Assembleia Geral Extraordinária da Janaúba, realizada em 08 de janeiro de 2019, cuja ata foi arquivada na JUCERJA, em 14 de janeiro de 2019, sob o nº 00003481351, e foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (“**DOERJ**”) e no jornal “Monitor Mercantil”, em 16 de janeiro de 2019 (“**AGE 1ª Emissão**”), foram deliberados e aprovados os termos e condições da 1ª (primeira) emissão (“**1ª** **Emissão**”) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, em série única da Emissora (“**Debêntures da 1ª Emissão**”), nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada (“**Lei n° 12.431/11**”) e em conformidade com o disposto no artigo 10 do estatuto social da Emissora, as quais foram objeto de distribuição pública, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei do Mercado de Valores Mobiliários**”), da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme em vigor (“**Instrução CVM 476**”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“**Oferta da 1ª Emissão**”);
	2. em Assembleia Geral Extraordinária da Janaúba, realizada em 04 de dezembro de 2019, cuja ata foi arquivada na JUCERJA em 11 de dezembro de 2019, sob o nº 00003821594 e publicada no DOERJ e no jornal “Monitor Mercantil” em 13 de dezembro de 2019 (“**AGE 2ª Emissão**”), foram deliberados e aprovados os termos e condições da 2ª (segunda) emissão (“**2ª Emissão**”) de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real e com garantia real, da Janaúba (“**Debêntures da 2ª Emissão**”), nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações e da Lei nº 12.431, as quais foram objeto de distribuição pública, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários e da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“**Oferta da 2ª Emissão**” e em conjunto com a Oferta da 1ª Emissão, “**Debêntures**” ou “**Emissões**”);
	3. em Assembleia Geral de debenturistas, realizada em [•] de [•] de 2020, no âmbito da 1ª Emissão, cuja ata foi arquivada na JUCERJA, em [•] de [•] de 2020, sob o nº [•], e foi publicada no DOERJ e no jornal “Valor Econômico”, em [•] de [•] de 2020, (“**[•]**”), dentre outras matérias, deliberou e aprovou a **(a)** constituição, em favor dos debenturistas representados pelo Agente Fiduciário, da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido), passando as Debêntures a serem da espécie com garantia real; e o **(b)** compartilhamento da garantia descrita no item acima com os debenturistas da 2ª Emissão;
	4. em Assembleia Geral de debenturistas realizada em [•] de [•] de 2020, no âmbito da 2ª Emissão, cuja ata foi arquivada na JUCERJA, em [•] de [•] de 2020, sob o nº [•], e foi publicada no DOERJ e no jornal “Monitor Mercantil”, em [•] de [•] de 2020, (“**[•]**”), dentre outras matérias, deliberou e aprovou o compartilhamento das garantias a serem constituídas no âmbito da 2ª Emissão, dentre elas, da Cessão Fiduciária , com os debenturistas da 1ª Emissão;
	5. em Assembleia Geral Extraordinária da Janaúba, realizada em realizada em [•] de [•] de 2020 cuja ata foi arquivada na JUCERJA, em [•] de [•] de 2020, sob o nº [•], e foi publicado no DOERJ e no jornal “Valor Econômico”, em [•] de [•] de 2020, deliberou e aprovou, dentre outras matérias, a outorga da Cessão Fiduciária aos debenturistas da 1ª Emissão;
	6. os termos e condições das Emissões de Debêntures encontram-se descritos no: (i) *“Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografárias, com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.”,* celebrado em 11 de janeiro de 2019, entre a Janaúba, a Transmissora Aliança de Energia S.A. (“TAESA”)e o Agente Fiduciário, o qual foi arquivado na JUCERJA em 16 de janeiro de 2019, sob o nº ED333004696000, e em seus respectivos aditamentos (“**Escritura da 1ª Emissão**”); e no (ii) “*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Janaúba Transmissora Elétrica S.A..*”, celebrado em 16 de dezembro de 2019, entre a Janaúba, a TAESA e o Agente Fiduciário, o qual foi inscrito na JUCERJA, em 18 de dezembro de 2019, sob o nº ED333005658000, e em seus respectivos aditamentos (“**Escritura da 2ª Emissão**”) (“**Escrituras de Emissão**”);
	7. em 10 de fevereiro de 2017, foi celebrado entre a União, na qualidade de poder concedente, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“**Poder Concedente**”), a Janaúba, na qualidade de concessionária, e a TAESA, na qualidade de interveniente anuente, o “*Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão Nº 15/2017– ANEEL*”, celebrado entre o Poder Concedente e a Janaúba, juntamente com quaisquer aditivos, instrumentos e/ou atos normativos que venham a complementá-lo ou substituí-lo, “**Contrato de Concessão**”), o qual regula, dentre outros, a delegação pelo Poder Concedente à Janaúba, em regime de concessão, da prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de determinadas instalações de transmissão, conforme detalhadas no Contrato de Concessão Janaúba (“**Concessão Janaúba**” ou “**Concessão**”);
	8. em 07 de abril de 2017, foi celebrado entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS (“**ONS**”) e a Janaúba “*Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº* 020/2017”, conforme aditado, o qual regula, dentre outros, os termos e condições de administração e coordenação por parte do ONS, da prestação de serviços de transmissão pela Janaúba aos usuários (“**CPST**”);
	9. serão celebrados entre o ONS, a Emissora (representada pelo ONS, conforme autorização constante do CPST) e as usuárias do sistema de transmissão, o “*Contrato de Uso do Sistema de Transmissão*”, os quais regularão, dentre outros, o uso de linhas de transmissão da Emissora (conforme aditados de tempos em tempos, “**CUST**”);
	10. a Janaúba é a única e legítima titular da totalidade dos direitos creditórios **(1)** emergentes do Contrato de Concessão; **(2)** provenientes do CPST; **(3)** provenientes dos CUSTs;e **(4)** todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da Janaúba que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão, do CPST, dos CUSTs ou decorrentes, a qualquer título, da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Janaúba, compreendendo, mas não se limitando: **(a)** o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Janaúba, incluído o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão; e **(b)** os direitos creditórios provenientes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, previstos no Contrato de Concessão, no CPST e nos CUSTs, inclusive a totalidade da receita proveniente de prestação dos serviços de transmissão; cujos respectivos recursos oriundos de tais direitos creditórios deverão ser transferidos para a conta corrente vinculada nº [●], agência [●], de titularidade da Janaúba, mantida junto ao [●] (“**Conta Vinculada Janaúba**” e em conjunto com a Conta Vinculada TAESA, “**Contas Vinculadas**”);
	11. nos termos da Escrituras de Emissão, em garantia do integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, a Janaúba obrigou-se a constituir a Cessão Fiduciária sobre os Direitos Creditórios (conforme abaixo definidos), em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, nos termos previstos no presente Contrato; e
	12. a Cedente, o Agente Fiduciário e o Banco Administrador celebrarão o “*Contrato de Depósito*”, que regula os termos e condições da contratação, pela Cedente, do Banco Administrador como banco depositário dos respectivos Direitos Creditórios, conforme depositados nas Contas Vinculadas, para promover a gestão e custódia dos Direitos Creditórios, observado o disposto no presente Contrato.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído no Contrato, ainda que posteriormente ao seu uso.

1. AUTORIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA
	1. O presente Aditamento é firmado pela Cedente com base nas deliberações aprovadas pelas Aprovações Societárias.
	2. A Cedente deverão (i) protocolar este Aditamento no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (“**Cartório de RTD**”), em até 2 (dois) Dias Úteis após sua respectiva celebração; e (ii) enviar 1 (uma) via original deste Aditamento ao Agente Fiduciário, em até 05 (cinco) Dias Úteis após seu registro no Cartório de RTD, nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, e dos artigos 129 e 130 da Lei n.º 6.015 de 31 de dezembro de 1973, conforme em vigor.
2. ADITAMENTO
	1. As Partes decidem alterar [o **Anexo II**, nostermos previstos na Cláusula 2.2.1 do Contrato, nos termos do Anexo A ao presente Aditamento]. [a Cláusula 2.1 do Contrato, nos termos previstos na Cláusula 8.1(xxv) do Contrato, conforme abaixo:]

[•]

1. DECLARAÇÕES DAS PARTES
	1. As Partes, neste ato, declaram que todas as obrigações assumidas no Contrato se aplicam a este Aditamento, como se aqui estivessem transcritas.
	2. A Cedente declaram e garantem, neste ato, que todas as declarações e garantias previstas na Cláusula 9 do Contrato permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Aditamento.
	3. O Agente Fiduciário declara e garante, neste ato, que todas as declarações e garantias previstas na Cláusula 12 do Contrato de Cessão permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Aditamento.
2. DISPOSIÇÕES GERAIS
	1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 4 do Contrato, obrigando as Partes ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.
	2. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes do presente Aditamento. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Cedente, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Cedente neste Aditamento ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
	3. Caso qualquer das disposições deste Aditamento venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
	4. Este Aditamento constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, incisos I e III, do Código de Processo Civil Brasileiro, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 814 e seguintes, do Código de Processo Civil Brasileiro.
3. LEI E FORO
	1. Este Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.
	2. Fica eleito o Foro Central da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, firmam as Partes o presente Aditamento em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, [*data*].

*[Páginas de assinaturas das Partes a ser incluída quando da assinatura do Aditamento]*

**ANEXO A AO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA E OUTRAS AVENÇAS**

[•]